

plenário

Órgão Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Ano V - julho/agosto 2008 - 13ª edição



Fósseis do Cariri: Patrimônio Ameaçado

Educação é o caminho que segue a mudança

A Universidade do Parlamento Cearense qualifica o servidor público que, por sua vez, melhora a prestação de serviço. Na Universidade do Parlamento Cearense são desenvolvidos cursos de graduação e pós-graduação. Podem participar servidores dos legislativos estadual e municipais.



Graduação e Pós Graduação

Av. Pontes Vieira, 2391
Dionísio Torres - CEP: 60170.900
Fone: (85) 3277.2500

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

[Editorial



Sílvia Goes
Editora Geral da Plenário
silviagoes@al.ce.gov.br

Ao leitor

COMO FALAR COM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Av. Desembargador Moreira, 2807
Bairro: Dionísio Torres
CEP: 60170.900 - Fortaleza - Ceará

TELEFONE
(0XX85) 3277.2500

FAX
(0XX85) 3277.2753

EMAIL
epovo@al.ce.gov.br

SITE
<http://www.al.ce.gov.br>

O **terceiro** número da Plenário deste ano, volta com muitas informações. Aqui, você vai se inteirar sobre a Conferência da Unale, que trouxe para Fortaleza mais de mil pessoas entre deputados brasileiros e estrangeiros, ministros, além de assessores parlamentares e jornalistas.

Foi durante a XII Conferência dos Legislativos Estaduais que as reformas necessárias para o crescimento da Nação mereceram destaque: as reformas política – considerada a mãe das reformas – e tributária, em tramitação no Congresso Nacional e que deve ser votada até o final do ano.

Dos debates participaram os principais personagens envolvidos diretamente na questão: o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro; o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, e os deputados federais, Ciro Gomes, José Pimentel e Antonio Palocci, da Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara Federal.

Foi durante a conferência que o presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado Domingos Filho foi eleito presidente do Parlamento Nordestino, concre-

tizando a sua longa luta pela unificação dos legislativos e da discussão em busca de soluções comuns para os grandes problemas da Região.

Você vai acompanhar também os trabalhos das comissões técnicas da Assembleia Legislativa, que têm se tornado a verdadeira tribuna da população cearense, além das denúncias do desaparecimento dos fosséis na região do Cariri.

Saiba mais sobre o novo programa da Rádio FM Assembleia (96,7 MHz), o “Autores e Idéias”, que estreou dia 24 de maio, com o objetivo de gerar interesse do público para a leitura; e sobre o programa da TV Assembleia Canal 30, o documentário Ceará, Terra e Gente que Faz História; e ainda, sobre a mais nova iniciativa do Parlamento Estadual, que começou a funcionar desde maio último, e que está beneficiando pessoas de todo o Brasil: o Projeto de Educação à Distância “Alecemídia”.

Como você vê, há muito a percorrer nas páginas da Plenário. Tenha uma boa leitura e continue nos escrevendo, sugerindo novos temas. Até a próxima.

Boa Leitura!

canal 30

Porque a TV mudou



A TV Assembleia Canal 30 leva até você a programação completa das atividades do Parlamento Estadual: as sessões plenárias, as audiências públicas, as reuniões das comissões técnicas e as notícias dos principais fatos do Ceará e do país. Além disso, você também acompanha a história da nossa gente produzida pelo núcleo de documentário da TV.



Canal 30 TV Assembleia

Av. Desembargador Moreira, 2807
Dionísio Torres - CEP: 60170-900
Fone: (85) 3277-2500

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



EXPEDIENTE

REVISTA PLENÁRIO
Órgão Oficial da Assembleia
Legislativa do Estado
do Ceará nº13, edição
julho/agosto de 2008

MESA DIRETORA PRESIDENTE

Domingos Filho

1º VICE-PRESIDENTE

Gony Arruda

2º VICE-PRESIDENTE

Francisco Caminha

1º SECRETÁRIO

Zezinho Albuquerque

2º SECRETÁRIO

Fernando Hugo

3º SECRETÁRIO

Hermínio Resende

4º SECRETÁRIO

Osmar Baquit

EDITORA GERAL

Sílvia Góes

SUBEDITORES

Abílio Gurgel
Rozanne Quezado

REPORTAGEM

Abílio Gurgel
Bruno de Castro
Camilo Veras
Narla Lopes
Pablo de Paula
Rozanne Quezado
Silvana Frota

PROJETO GRÁFICO E EDITORIAÇÃO

Alessandro Muratore,
Alice Penaforte

DIGITALIZAÇÃO DE IMAGENS

Vladimir Moreira

FOTOGRAFIA

Dário Gabriel, Júnior Pio, Paulo
Rocha, Rondineli Castelo
e site sxc.hu

REVISORA

Sílvia Regina

ESTAGIÁRIOS

Didio Lopes e Jackelyne Collins

IMPRESSÃO

Pouchain Ramos
Tiragem: 5 mil exemplares

plenário



30

Uma saga
sobre rodas

- 6 > XII Conferência da Unale
- 14 > Senadora Kátia Abreu
- 16 > Governador Aécio Neves
- 18 > Senador Pedro Simon
- 22 > Ministro José Múcio Monteiro
- 24 > Senador Aloízio Mercadante
- 25 > Deputado Ciro Gomes
- 26 > A era da aula digital
- 27 > Livro > História da República
- 28 > Comissões da AL
- 34 > TV Assembleia > Resgate histórico
- 36 > FM Assembleia > Mais cultura
- 38 > Dengue > Aumentam casos
- 40 > Fósseis do Cariri > Contrabando
- 46 > Cultura > Exposição "Cangaceiros"
- 48 > Perfil > Teresa Borges
- 50 > Crônica > Patativa do Assaré

10 | Antônio Palocci:
Reforma Tributária

08 | Domingos Filho:
Presidente do Parlatino





>> Presidente Domingos Filho recebe autoridades na abertura da XII Conferência da Unale

Reforma Tributária foi o tema central

A XII Conferência da União Nacional dos Legislativos Estaduais (CNLE), realizada pela União dos Legislativos Estaduais (Unale), em parceria com a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, ocorreu no Marina Park Hotel, em Fortaleza, entre os dias 28 e 30 de maio passado. O evento reuniu 1.200 participantes de todo o país, além de delegações de parlamentares da Rússia, Argentina, México, Paraguai e Uruguai.

O evento foi transmitido pela TV Assembléia (canal 30) e FM Assem-

bléia (96,7 MHz), ao vivo.

A Reforma Tributária foi o tema principal do encontro, mas outros assuntos importantes no cenário nacional também foram debatidos: o fortalecimento dos legislativos; os bio-combustíveis, com destaque para o etanol; a preservação da Amazônia; eleições 2008; reforma política e o crescimento econômico do país.

Durante a conferência, o deputado Domingos Filho (PMDB) foi eleito presidente do Parlamento Nordestino (Parlatino). Segundo ele, “só com essa unidade

entre os estados poderemos caminhar para o desenvolvimento do Nordeste e o fim da desigualdade regional, que atrasa o crescimento nacional e força nossos conterrâneos a abandonar a terra natal em busca de uma vida melhor”, afirmou.

A conferência contou com a participação de importantes figuras do cenário político e econômico brasileiro, como os deputados federais Antônio Paloci (PT-SP) e Ciro Gomes (PSB-CE), o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, o governador de Minas Ge-

rais, Aécio Neves (PSDB-MG), a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) e o ex-governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto.

A novidade da conferência foi a realização de onze eventos paralelos de entidades que desenvolvem atividades ligadas aos legislativos. Entre eles, a Reunião Parlamentar do Mercosul, o XXV Encontro Nacional dos Procuradores de Assembléias, o XI Encontro Nacional das Escolas do Legislativo e a Reunião do Parlamento do Sul

Cerimonialistas

O I Encontro Nacional de Cerimonial e Protocolo do Poder Legislativo (Encelegis), evento que aconteceu paralelamente à XII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais (CNLE), foi coordenado pelo diretor do Cerimonial da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Francklin Santos, autor do Código de Ética do Comitê Nacional do Cerimonial Público (CNCNP). Na avaliação dele, “a ética é um conjunto de normas exercitadas no âmbito de todas as atividades e aplicadas nas relações profissionais entre o cerimonialista e todas as pessoas que

integram essas relações”.

O objetivo do encontro foi discutir a importância da profissionalização do cerimonialista, a ética no cerimonial e a troca de experiências entre os participantes. Além da diretora do Cerimonial da Assembléia Legislativa do Ceará, Tereza Borges, o encontro teve a participação do palestrante e membro da Academia Brasileira de Cerimonial e Protocolo (ABCP), Marcílio Reinaux, e do presidente da Associação Brasileira de Cerimonial e Protocolo (ABCP), José Afonso Corrijo.

Domingos Filho é o presidente do Parlamento Nordeste

“Só com essa unidade entre os Estados poderemos caminhar para o desenvolvimento do Nordeste e o fim da desigualdade regional”

Dep. Domingos Filho

O presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado Domingos Filho (PMDB), foi eleito presidente do Parlamento Nordeste (Parlatino), concretizando a sua longa luta pela unificação dos legislativos e da discussão em busca de soluções comuns para os grandes problemas da Região. A escolha aconteceu durante a realização da XII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, em maio passado.

“Só com essa unidade entre os estados poderemos caminhar para o desenvolvimento do Nordeste e o fim da desigualdade regional, que atrasa o crescimento nacional e força nossos conterrâneos a abandonar a terra natal em busca de uma vida melhor. Não tenho dúvidas de que o Parlatino será fundamental para o Ceará e para todo o Nordeste”, ressaltou o presidente.

Escolhido por unanimidade entre parlamentares das nove casas legislativas estaduais nordestinas para presidir o Parlamento Nordeste, Domingos afirmou que o Parlatino funcionará como instrumento formal da integração dos parlamentos nordestinos. “Nosso objetivo é criar uma instituição que debata e defina metas para a Região. Só assim poderemos unir esforços para enfrentar desafios que são de todos os Estados do Nordeste, como a convivência do homem do cam-

po com o semi-árido, e definir políticas públicas comuns, que, desta forma terão mais chances de êxito”, enfatizou.

Para Domingos Filho, o Parlamento Nordeste sintetiza uma agenda comum, integrando todas as casas legislativas da Região. “Discutiremos temas comuns a todos os estados e certamente teremos debates envolvendo, por exemplo, a Transposição do Rio São Francisco, a definição de políticas conjuntas de saúde, a construção da Ferrovia Transnordestina e a garantia de abastecimento de água e energia. Antes disso, vamos apresentar uma proposta de regimento interno e estabelecer data para a primeira reunião da diretoria, quando discutiremos metas de ação e um calendário de atividades” afirmou o presidente.

Pluralidade

Em seu discurso de posse, Domingos Filho destacou o caráter de pluralidade que será dado ao Parlatino. Através de uma proposta de sua autoria, ficou definido que o novo fórum do Poder Legislativo regional não terá uma sede fixa, para evitar disputas estaduais, e suas reuniões serão realizadas em diferentes capitais nordestinas. Além disso, todos os estados terão um integrante da diretoria do Parlamento Nordeste. “Optamos por uma composição plural



FOTO BANCO DE DADOS AL

“Muita gente acha que criar parlamento regional é defender separatismo. Ao contrário, essas instituições são a união para solucionar problemas comuns”

>> Deputado Alexandre Postal (PMDB/RS)

e sem hierarquia na direção. Assim, teremos secretário executivo, tesoureiro e seis vice-presidentes temáticos, um de cada estado, garantindo a representação de todos os nordestinos”, diz.

O deputado Fernando Toledo (PSDB-AL) é o vice-presidente de Políticas Industriais, Turísticas e Ambientais; Pavão Filho (PDT-MA), de Políticas Educativas; Venâncio Fonseca (PP-SE), de Políticas Sociais e de Saúde; Clóvis Ferraz (DEM-BA), de Segurança Hídrica e Energética; Robinson Faria (PMN-RN), de Segurança Pública, e Arthur Cunha Lima (PSDB-PB), de Políticas Agrícolas. O deputado pernambucano Guilherme Uchoa (PDT-PE) é o secretário executivo e o piauiense Themístocles Filho (PMDB-PI), tesoureiro geral do Parlatino.

Repercussão

O ex-presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), deputado Alexandre Postal (PMDB-RS) elogiou a criação do Parlamento Nordeste e a escolha de Domingos Filho para presidi-lo. “É importante que o Ceará tenha conseguido, de fato, unir as assembleias da região”, disse ele, que destacou a importância dos “parlamentos regionais”, em um país continental e com tradições tão diferentes, como o Brasil, para a discussão da redistri-

buição de recursos entre os Estados. “Muita gente acha que criar parlamentos regionais é defender separatismo. Ao contrário, essas instituições são a união para solucionar problemas comuns”, ressaltou.

O deputado estadual Frederico Antunes (PP-RS) também destacou a importância de regionalizar os debates. “Essa conquista nasceu com a criação do Parlamento do Sul (Parlasul), em 1992. Agora, vamos incentivar a união dos irmãos nordestinos para que se

unam para discutir seus problemas regionais”, disse. O deputado Robinson Faria (PMN-RN), presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, também elogiou Domingos Filho e falou sobre o Parlatino. “Vamos discutir os contextos econômico e social da Região e, na próxima reunião, farei uma apresentação sobre o panorama da violência no Nordeste”, disse o parlamentar, que é vice-presidente de Políticas de Segurança Pública do Parlamento Nordeste

>> Organograma

Direção do Parlamento Nordeste

PRESIDENTE Domingos Filho (PMDB-Ce)	Segurança Hídrica e Energética Clóvis Ferraz (DEM-Ba)
VICE-PRESIDENTES: Políticas Industriais, Turísticas e Ambientais Fernando Toledo (PSDB-AL)	Segurança Pública Robinson Faria (PMN-Rn)
Políticas Educativas Pavão Filho (PDT-Ma),	Políticas Agrícolas Arthur Cunha Lima (PSDB-Pb)
Políticas Sociais e de Saúde Venâncio Fonseca (PP-Se),	Secretário Executivo Guilherme Uchoa (PDT-Pe)
	Tesoureiro Geral Themístocles Filho (PMDB-Pi)

“A Reforma Tributária será votada este ano”

Há 12 anos se discute a urgência de se promover no Brasil uma Reforma Tributária. Que ela é necessária já está bem claro. Também são visíveis os interesses para que ela ocorra ainda este ano. O problema é saber se, a partir de agora, os trabalhos serão realmente acelerados, para não correr o risco da tão sonhada reforma ser adiada mais uma vez, já que 2008 é um ano eleitoral.

Durante a XII Conferência dos Legislativos Estaduais, evento que se mostrou um poderoso aliado nessa corrida pela aprovação da reforma e que contou com o apoio da Assembléia Legislativa do Ceará, este assunto – tema principal do encontro – foi amplamente discutido. Em um dos momentos mais esperados, a Audiência Pública da Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados, os parlamentares de todos os Estados brasileiros sugeriram propostas e alterações à PEC 233/08 (Proposta de Emenda à Constituição), em tramitação no Congresso Nacional. A comissão é responsável pela avaliação e aprovação das propostas, que depois serão enviadas aos plenários da Câmara e do Senado.

Um dos palestrantes do evento, o presidente da comissão especial da Câmara dos Deputados que vai analisar o mérito da proposta de emenda à Constituição, da reforma tributária, Antônio Palocci (PT-SP), ex-ministro da Fazenda no governo Lula, disse que é quase certo que a reforma ocorra ainda este ano. “Acho

bastante possível porque esta é uma vontade tanto da comissão, como do governo e do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia. Não há motivo para que não se faça essa primeira etapa e em seguida envie ao Senado para a votação final”, afirmou. Ele falou sobre o assunto em entrevista à imprensa.

REVISTA PLENÁRIO: Em um ano de eleição, o Congresso terá tempo para votar a Reforma Tributária?

ANTÔNIO PALOCCI: Acredito que as eleições municipais, que formam um dos eventos mais importante do ano, não podem impedir o avanço das conquistas da economia brasileira. Tenho certeza que os deputados e senadores saberão escolher o momento para a votação da reforma. O presidente da Câmara (Arlindo Chinaglia) quer votar antes do recesso de julho, e nós estamos com firme determinação de concluir os trabalhos antes desse prazo e levar o projeto para votação. O Brasil precisa da Reforma Tributária, o nosso sistema atual é muito complexo, ineficiente e causa muitos problemas para as empresas brasileiras.

RP: A reforma vai simplificar a tributação?

AP: O mais importante desta reforma é que ela está focada na simplificação. Você pega, por exemplo, o imposto que mais se arrecada no Brasil que é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - imposto de

propriedade dos Estados - ele é o mais complexo dos impostos, e tem uma lei para cada Estado. São 27 leis, que são normalizadas em um conjunto enorme de normas, têm mais de 40 alíquotas diferentes. Então, na verdade, essa é uma estrutura tributária que encarece para os governos estaduais cobrarem o imposto, e encarece muito para a empresa preparar e pagar os seus impostos. A proposta é um sistema muito mais simples, com uma legislação mais unificada, que permita o desenvolvimento das empresas de maneira eficiente com ganho para as populações de todas as regiões do país. É um momento também de nós melhorarmos a política de desenvolvimento regional. Acredito que a política tributária pode dar uma resposta na questão do desenvolvimento regional, e esse é um desafio importante que também está no debate da reforma.

RP: Muitos Estados estão se colocando contrários ao texto da Reforma. Ela vai contemplar por igual todos os Estados?

AP: A reforma ideal é muito difícil ser feita, porque você não encontra dois tributaristas que pensem a mesma coisa sobre a reforma tributária, cada pessoa tem uma reforma em mente. Agora, o mais importante, é que essa reforma encara os principais problemas que são colocados hoje para a economia nacional. Primeiro, o sistema

complexo que nós temos faz as empresas acumularem créditos. Hoje as empresas exportadoras estão acumulando créditos de ICMS e, na verdade, pagando um imposto a mais ao fazer isso. Nós temos que resolver este problema. As regiões de todo o país precisam de políticas de desenvolvimento mais eficientes. Os fundos de desenvolvimento precisam ser potencializados para o desenvolvimento regional. E precisamos também acabar com os impostos sobre o investimento. O Brasil ainda cobra impostos estaduais e federais quando o empresário vai investir. Não é adequado que isso ocorra. O certo é você cobrar impostos da lucratividade da empresa e não no momento em que ela vai investir. Essas são as principais mudanças contidas no texto da reforma e acho que elas trarão um ambiente econômico muito melhor para o Brasil como um todo.

RP: Essa reforma irá beneficiar o país ou o Governo Lula?

AP: Essa reforma tem pouquíssimo impacto para o atual governo. Se aprovada, ela começa a fazer efeito no próximo ano, mas levará alguns anos para fazer todos os seus efeitos e, portanto, é uma reforma para o futuro do país, para os próximos 20 ou 30 anos. Não é uma reforma para o próximo ano. Nesse ponto de vista é que ela vai ter uma participação ativa de todos os deputados e senadores governistas e da oposição também.



RP: De certa forma ela beneficia os estados do Norte e do Nordeste, porque são estados que perdem muito na arrecadação, já que os Estados do Sudeste são mais produtores. O Estado de São Paulo, por exemplo, tende a perder com a reforma tributária. Como seria uma forma de compensação?

AP: A premissa é que os Estados consumidores possam ganhar mais com esta

reforma. Por quê? O ICMS é um imposto de consumo, mas o Brasil sempre foi tributado na produção, o que é um contra-senso. O imposto de consumo tem que ser tributado no consumo. Então, os estados do Nordeste, por exemplo, que são mais consumidores do que produtores, sempre perderam com esta forma de tributação. Quando nós passarmos, como vamos passar agora, a tributação

do ICMS para o destino, todos os estados do Nordeste devem ganhar com essa nova tributação. Alguns perdem, São Paulo perde um pouco, mas perde dentro de um novo desenho justo da distribuição de tributos e vai ganhar de outras maneiras. A reforma contempla os Estados na medida em que traz uma eficiência maior no sistema de produção e de tributação e os Estados que são fortemente produtores acabam tendo um desenvolvimento potencializado com a tributação mais simples. Eu acredito que o mais importante é fazer os impostos incidirem de forma correta. E o imposto sobre o consumo tem que incidir aonde o produto é consumido. Ou seja, a reforma tem iniciativas e medidas que atendem de forma diferente as demandas de cada região do país.

RP: Contratação de pessoas e folha de pagamento podem vir a interferir neste processo?

AP: Será encaminhada para o governo federal uma proposição baseada na reforma de redução dos tributos sobre a folha de pagamento. Isso é um compromisso estrito na reforma e deve ser uma das principais medidas em relação ao favorecimento das relações de emprego.

RP: O senhor falou que a questão da reforma seria importante para a política do desenvolvimento regional. Que modelo ideal poderia ser feito para relacionar a política tributária

com o desenvolvimento regional?

AP: Esse é um dos principais debates que nós estamos fazendo agora. O governo inseriu na proposta o fortalecimento dos fundos existentes hoje, está colocando mais recursos, mas os Estados do Nordeste e Norte estão considerando insuficientes. Particularmente, eu acho que eles devem ser ampliados, eu acredito que na construção do texto final da reforma, uma das questões fundamentais é melhorar os recursos que estão destinados aos fundos de desenvolvimento. Os Estados das várias regiões do país já se desenvolveram de várias maneiras. Aqui no Nordeste, por exemplo, você teve uma etapa de desenvolvimento em que o Finor foi a maneira mais importante de se estabelecer a produtividade econômica. Depois disso, veio o período dos incentivos fiscais, que foi um período importante. Muita gente critica a chamada guerra fiscal. Mas, é preciso ver que há regiões do país que precisam de incentivos fiscais para poder atrair investimento.

RP: A recriação do imposto do cheque, não vai na contra-mão dessa reforma?

AP: Esse não é um debate da reforma tributária. Na reforma existem duas emendas propondo o restabelecimento do chamado “imposto do cheque”. O relator Sandro Mabel já disse publicamente que não vai incorporar essa proposição. Há outro debate na Câmara,

fora da reforma tributária, a respeito do financiamento da saúde. E nessa questão se discute qual seria a nova fonte de financiamento. É aí que reaparece o debate sobre contribuição, o chamado “imposto do cheque”. Mas, essa é uma questão ainda não resolvida. Acho que nas próximas semanas vamos desenvolver o relatório final da reforma tributária e discutir o financiamento da saúde. São dois debates que podem se encontrar, ou não. A princípio, o relator da reforma tem dito que não vai incorporar uma nova CPMF na reforma tributária.

RP: Só nos primeiros quatro meses deste ano, o Governo teve uma arrecadação recorde de tributos, mesmo assim, ainda é necessário que a CPMF retorne?

AP: Se nós queremos dar mais recursos à saúde, nós temos dois caminhos: ou nós cortamos outros gastos, para que os recursos possam ser dirigidos à saúde, ou nós criamos novas fontes. Esse estudo deve ser feito com muita seriedade e muita transparência. Você não inventa recursos, eles existem e são destinados a gastos públicos, e nós achamos que a saúde merece receber mais em relação a outros. Não podemos fazer mágica em matéria financeira, assim como não podemos fazer mágica na nossa casa, com o nosso salário. A gente gasta o que tem. Se gastar mais, vira uma coisa chamada dívida. E é isso que a gente deve cuidar na área pública também.

Reforma Tributária já!

Uma frase se transformou - pelo menos entre muitos economistas - em um ícone no final dos anos 70: “No Brasil pagamos impostos da Suíça e recebemos serviços dignos de Bangladesh” - país dos mais miseráveis do sul da Ásia. Passadas várias décadas é certo que houve melhorias nos serviços básicos oferecidos para a população, contudo, o debate sobre a necessidade de uma reforma tributária continua dominando as discussões entre os políticos. Não foi diferente durante a XII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais (CNLE), ocorrida no último mês em Fortaleza, quando aconteceu uma audiência pública com a Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados.

Um dos destaques deste encontro foi, sem dúvida, a presença da senadora do Tocantins, Kátia Abreu (DEM), que presidiu a Comissão Nacional da Amazônia Legal e é ex-relatora da CPMF no Senado Federal. Além da reforma tributária, a senadora também chamou a atenção para a questão dos biocombustíveis, alertando para a pressão realizada pelo cartel dos produtores de petróleo que não querem, de modo algum, vê um projeto desse nível obtendo sucesso.

Kátia defendeu uma reforma tributária urgente. A senadora entende que tanto a União, quando os governos es-

taduais, necessitam de impostos para desenvolver suas metas. Contudo, lembrou que os prefeitos do Brasil - com exceção daqueles que têm uma arrecadação extra valorizada do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) - estão numa situação crítica. Para ela, é preciso socorrer esses prefeitos. “Do bolo tributário de 923 bilhões de reais arrecadados por ano, apenas 16% ficam com o Município, justamente onde é arrematado o tributo”, destacou.

Burocracia

No seu entender, a quantidade de impostos no Brasil é de enlouquecer. “A burocracia é algo extraordinário no País, o que contribui para a ineficiência e os péssimos índices em avaliação internacional para o Brasil”, alertou. Kátia acredita que a reforma tributária do governo tem pontos positivos, porém um pouco lentos para serem colocados em prática. “O que tem de muito bom nesta reforma vai acontecer a longo prazo”, argumenta. A senadora entende que isso poderia ser mudado, caso diminuíssem as divergências entre governadores, deputados e senadores. “Nesse momento nós temos que agir de forma suprapartidária. Não pensarmos apenas no caixa, e, sim, sermos mais criteriosos com o bolso do cidadão. Se o cidadão ficar bem, o país vai bem”, afirmou.

Kátia defende que o Estado brasileiro não poder ser mínimo porque faz falta aos mais humildes e, ao mesmo tempo, não pode ser grande porque ele atrapalha o desenvolvimento. “O Estado brasileiro não poder ser mínimo nem máximo, Ele tem que ser necessário”.

Um dos temores expostos por Kátia Abreu é o fato de 2008 ser um ano eleitoral e isso acarrete em mais um adiamento da implantação da Reforma Tributária. A senadora do Tocantins cita como exemplo o fato de que o Governo tem aumentado as alíquotas dos impostos, ameaçando editar uma nova CPMF. Para ela, isso não se justifica e cita números para confirmar sua tese. Kátia lembra que somente nos últimos quatro meses, o governo já arrecadou 35 bilhões de reais, mais do que o esperado. “Isso representa 82% de toda a CPMF arrecadada no ano passado”, afirma.

Neste ponto, a senadora destaca que ainda há pela frente dois quadrimestres e, no caso do governo repetir esses números nos próximos oito meses, o País alcançará uma arrecadação de quase R\$ 90 bilhões. Por tudo isso, ela destaca que não há necessidade de se criar uma nova CPMF. No seu entender, o governo deveria, sim, acelerar a reforma tributária. “Algo que o país tanto espera. Acomodar estas situações e também reestruturar o Pacto Federativo e dividir melhor as funções do Governo Federal”, ressalta.



“Nos quatro últimos meses, o governo já arrecadou 35 bilhões de reais, mais do que o esperado. Isso já representa 82% de toda a CPMF arrecadada no ano passado. E ainda temos mais oito meses pela frente o que pode gerar quase 90 bilhões de reais”.

Biocombustíveis

A senadora Kátia Abreu deu destaque para a questão do etanol, como combustível alternativo ao petróleo. Em sua opinião, o que está acontecendo é um lobby muito forte dos países produtores de petróleo contra o combustível derivado da cana-de-açúcar. “Simplesmente porque o etanol pode substituir, nada mais, nada menos, do que 30% a 40% de todo o petróleo produzido no mundo”, enfatizou. Ela ressaltou também o fato de tratar-se de uma energia mais limpa. Segundo a senadora, menos do que o milho ou a mamona, a cana-de-açúcar seqüestra menos CO₂, pois produz mais folha e precisa de mais fotossíntese para se desenvolver. “A cana-de-açúcar é a nossa redenção”, garante.

A senadora rebateu as críticas quanto ao desenvolvimento do etanol acarretar uma crise no plantio de alimentos. “Isso é uma piada”, diz, lembrando que o Brasil tem 850 milhões de hectares. Destes, somente 0,7% é destinado ao plantio da cana. Segundo ela, “mesmo aumentando em 30% a produção, passaremos a ocupar apenas 3% de todo o solo brasileiro. Nós temos um potencial imenso, não só na produção do etanol, para substituir a energia de petróleo, como também para a produção de alimentos”, finalizou.

“Choque de gestão” mudou a face de Minas

“Acredito que o grande desafio da nossa geração é qualificar o gasto público. É preciso fazer mais com menos, tirar o peso excessivo do Estado, gastar menos com a estrutura do setor público e mais com as pessoas”.



Qualificar o gasto público.

Este é, na opinião do governador de Minas Gerais, Aécio Neves, PSDB, o grande desafio dos governantes brasileiros. “É preciso fazer mais com menos, tirar o peso excessivo do Estado, gastar menos com a estrutura do setor público e mais com as pessoas”, afirmou o governador durante palestra na XII Conferência da Unale, no último dia 29 de maio. Aécio Neves veio falar sobre o sucesso do seu governo que, através do chamado “choque de gestão”, implementou uma política de reestruturação da máquina pública, tornando-a eficiente e servindo de modelo para outras administrações do País.

Depois de ajustar as contas - até 2004, o Estado apresentava déficits orçamentários anuais de até R\$ 2,4 bilhões -, Minas acumula superávits e hoje faz investimentos com recursos próprios, como a primeira Parceria Público-Privada (PPP) rodoviária do país, que está construindo o novo corredor de exportação entre a região metropolitana de Belo Horizonte e São Paulo.

Segundo o governador tucano, as mudanças ocorridas em sua administração credenciaram o estado mineiro a realizar empréstimo junto ao Banco Mundial sem a necessidade da contrapartida financeira. “Obtivemos o maior contrato de financiamento concedido pelo banco a um governo estadual na atualidade - quase US\$ 1 bilhão -, cuja contrapartida está representada por avanços efetivos em campos fundamentais da administração do Estado, traduzidos por 24 metas a serem alcançadas a cada ano, até 2010, contratadas formalmente”, disse, acrescentando que durante o encontro bianual realizado

pelo BID, nos Estados Unidos, a gestão promovida em Minas Gerais foi apresentada como exemplar.

Déficit zero

“Depois de um ciclo perverso de desequilíbrio financeiro e fiscal, Minas conseguiu sanear suas finanças e equilibrar as suas contas. No curto espaço de dois anos de administração, alcançamos o déficit zero”, comemorou Aécio Neves.

Dentre as medidas adotadas estão a redução do número de secretarias de 21 para 15 e a extinção de superintendências e diretorias, totalizando um corte de 3.000 cargos de confiança.

O “choque de gestão” elevou a arrecadação do Estado, sem punir a população. Por conta disso, explicou Aécio Neves, o crescimento real do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em Minas, tem sido superior à média nacional.

“Cortamos, enxugamos, mas, principalmente, conseguimos fazer girar a roda do bom senso, para gastar menos e melhor, e atender ao maior número possível de objetivos. Todo o esforço para atingir o déficit zero demonstra que o Estado pode, deve e tem que ser eficiente”, argumentou.

O governador tucano afirmou ainda que “a centralização da folha de pagamentos permitiu combater as fraudes e identificar mais de 4.500 casos de servidores que tinham remunerações indevidas.

De acordo com ele, antes da sua gestão, o Estado gastava 72% da receita corrente líquida com pagamento de pessoal - percentual que cai agora a 59%. “Isso se fez paralelamente a uma série, até então inédita, de ações de valorização do servidor público”, observou.

O governo Lula e as eleições

O governador Aécio Neves lamentou a inércia do governo federal em relação às reformas necessárias ao país. “É lamentável que, mesmo com a situação econômica internacional favorável, sob o ponto de vista interno, o governo não ter avançado um milímetro nas reformas fundamentais que possibilitariam o Brasil viver um crescimento mais expressivo do que tem vivido, apesar dos indicadores macro-econômicos sólidos e um presidente com alta popularidade. Lamento, como cidadão, que este conjunto de condições favoráveis, raramente alcançado por um país, não tenha sido utilizado para superar gargalos que impedem o País de crescer a taxas muito mais expressivas, distribuindo melhor a riqueza, com planejamento para o seu desenvolvimento industrial”, afirmou. Embora reconhecendo os avanços do governo Lula, ele diz que “o que seria fundamental não foi feito neste governo e ficará para o próximo”.

Sobre as eleições presidenciais de 2010 e a sua disputa com o governador paulista, José Serra (PSDB), para ser o candidato do partido, o governador ressaltou ser cedo para comentar o assunto e que, mais importante que se falar em candidatos, é apresentar projetos para o país.

“Só o povo nas ruas pode trazer de volta a moralidade política”

“Vocês não botaram 3,5 milhões de pessoas nas ruas para defender os *‘bicha’*? Foi por uma causa justa, mas que é só deles. Então por que não ir às ruas por uma causa de todos? Os estudantes e o povo têm que ir às ruas de cara pintada para reestabelecer a moralidade no País”

Com essas frases, o senador gaúcho Pedro Simon (PMDB) gerou risos e muitos aplausos da platéia que assistiu à sua palestra durante a XII Conferência Nacional de Legislativos Estaduais, em Fortaleza, no dia 28 de maio, quando falou de Ética na Política, sua especialidade, e cobrou uma maior mobilização da sociedade brasileira para combater a corrupção e a impunidade.

Pedro Ângelo Simon está há 30 anos na Câmara Alta brasileira. Foi vereador em Caxias do Sul, deputado estadual, governador do Rio Grande do Sul, entre 1987 e 1990, ministro da Agricultura no governo José Sarney e líder do governo Itamar Franco. Somando tudo já é meio século na política. Grande orador e crítico feroz da corrupção, Pedro Simon se tornou um verdadeiro paladino da ética e moralidade no Brasil. Um dos últimos remanescentes do MDB (como ele prefere chamar) na luta contra a ditadura militar. Ele enfatiza a falta de líderes como Miguel Arrais, Leonel Brizola, Ulisses Guimarães, Franco Montoro, Tancredo Ne-

“A privatização da Vale do Rio Doce foi um escândalo. A Vale foi vendida por R\$ 3,5 bilhões e em apenas três anos lucrou R\$ 55 bilhões.”

ves e o senador Jéferson Peres, como uma das razões da desmoralização da classe política. Quem é que sobrou? pergunta o velho militante emedebista, que também lamenta a apatia das grandes entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). “Que elas tenham a envergadura que tiveram em outros tempos”, cobra o senador, com cara de quem tem poucas ilusões com a política de hoje.

História

Embora acredite e defenda o fim da hibernação das entidades populares e a volta do povo às ruas, a desilusão se repete quando Simon faz um relato da história recente do Brasil, da qual foi testemunha e protagonista. “A minha geração lutou pela a liberdade, contra

a ditadura e ela parecia que não ia cair nunca, pois tinha o apoio da burguesia, das forças armadas e dos Estados Unidos. Defendemos as Diretas Já, elegemos Tancredo e ai ele morreu. Que sacanagem!”, desabafa o senador, arrancando gargalhadas da platéia. “Veio o Sarney, que é um homem de bem, mas era presidente da Arena. Depois, a eleição direta, com grandes candidatos, como Mário Covas, Leonel Brizola, Ulisses Guimarães e Aureliano Chaves, mas elegemos o Collor. Veio o PSD, um partido bom, com homens como Covas José Richa e Montoro, e deu no que deu. Depois o Lula...”

Ao atual presidente, Simon reservou um espaço especial. “O Lula não tem que conceder nada. Não troca a sua honestidade e a honra por uma maioria no Congresso Nacional que não vale nada”, disse o senador, como se aconselhasse pessoalmente o presidente da República. Ele elogiou ações do governo Lula, como o programa Fome Zero. “Isso surgiu com o Itamar e o Fernando Henrique continuou, Mas o Lula fez o projeto com o povo e cerca de 10 milhões de pessoas recebem. É espetacular”.

“Outro dia ouvi um homem dizendo que nunca tinha comido três vezes por dia antes”, contou Pedro Simon, que não poupou o presidente de críticas e denúncias. “Ninguém mais semelhan-



“Se virmos o que ocorre hoje, o presidente Collor deveria ter sido julgado por um juizado de pequenas causas”,

te ao PSDB que o PT, que passou oito anos batendo no governo do PSDB, mas agora faz igual”, afirmou o senador. “A CPI das ONGs (organizações não-governamentais) não andou porque o PT só queria investigar ONGs ligadas ao PSDB e o PSDB queria as do PT, disse.

O senador gaúcho também não poupou o governo FHC. “Não estou falando de estatizar, mas a privatização da Vale do Rio Doce foi um escândalo. A Vale foi vendida por R\$ 3,5 bilhões e em apenas três anos lucrou R\$ 55 bilhões. E os que participaram da negociação hoje são sócios da Petrobrás”, afirmou. “Nos oito anos do Fernando Henrique vários escândalos foram arquivados pelo procurador geral da República, que ficou conhecido como engavetador geral”, atacou Simon, que denunciou ainda a compra de votos de parlamentares para a aprovação da emenda que permitiu a reeleição de FHC.

“Para acabarmos com impunidade é preciso fazer uma espécie de Operação Mãos Limpas, como na Itália, onde um primeiro ministro e 100 parlamentares foram presos por envolvimento com a máfia”



Fidelidade Partidária

Pedro Simon não se limitou ao tema ética na política. Ele iniciou sua palestra respondendo uma questão sobre a legitimidade do Judiciário para definir a fidelidade partidária, que o orador anterior, o ministro César Asfor, não respondera. “Compete ao Legislativo legislar, ao Judiciário julgar e ao Executivo executar. O que acontece é que o Executivo executa e também legisla. Hoje, o maior legislador do país é o presidente da República”, afirmou o senador que criticou o excesso de medidas provisórias emitidas pelo atual governo e lembrou que o PT antes criticava o PSDB pela mesma prática.

“Quem legisla é o Congresso, mas a Justiça legisla porque há 20 anos o Congresso tem essa medida para normatizar e não fez isso”, respondeu. “Depois, o Senado se reuniu e, em seis horas, fizemos o que não tínhamos

feito em 20 anos, votamos a fidelidade partidária, que agora está na Câmara”, afirmou Simon. Ele também defendeu o direito das assembleias legislativas voltarem a legislar sobre a criação de novos municípios, que depende da votação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que tramita no Senado.

Faltam bons exemplos

Jornalistas questionaram o senador se ele achava que atualmente roubam mais que no passado ou apenas a corrupção aparece mais porque a Polícia Federal hoje investiga políticos e empresário. Ele preferiu responder durante a conferência e com o estilo de sempre. “Se virmos o que ocorre hoje, o presidente Collor deveria ter sido julgado por um juizado de pequenas causas”, disparou Simon, que recebeu palmas e gargalhadas da platéia, por vários minutos. Depois, confessou a

um repórter: “É bem pior do que era há 25 anos, faltam bons exemplos”.

O senador apresentou propostas contra a corrupção, como seu projeto que determina a exigência de ficha corrida na polícia para que um candidato seja homologado. Ele lembrou que a proposta já foi adotada pelo Judiciário, mas não ficou satisfeito. “A Constituição diz que não pode ser candidato quem tem sentença definitiva, mas temos que reverter isso. Quem for condenado em primeira instância não deve poder se candidatar e a Justiça tem obrigação de julgar isso antes da eleição”, defendeu Pedro Simon. “A reforma política não é a solução, mas a solução passa pela reforma política”, destacou Simon, afirmando que “somente a sociedade, de forma organizada pode levar o povo às ruas para cobrar um novo comportamento dos políticos, do governo e do Judiciário”, finalizou.

A mãe das reformas: ganha a democracia brasileira

Há tempos ela vem sendo discutida nos plenários, principalmente no Senado Federal. Com a divulgação pela mídia, de escândalos partidários, vereadores, deputados e senadores de todo o país têm ocupado as tribunas dos parlamentos para defender uma verdadeira reestruturação do fazer política no Brasil.

Muitos levantam a bandeira de ações como o financiamento público das campanhas eleitorais e o voto de legenda por meio das listas preordenadas de candidatos. Outros são contra o grande número de partidos e querem uma abertura maior para legislar, sem que os executivos interfiram na produção com o envio de medidas provisórias ou a recusa de projetos de lei.

Desgaste

Durante a XII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, falou sobre a polêmica em torno da tão esperada reforma política num painel que apresentou para uma platéia de mais de 500 deputados distritais e estaduais de todo o Brasil. Ele apoiou a aprovação da reestruturação sob a justificativa de que isso terá reflexo nas próximas gerações. Em sua

opinião, a classe política nacional está desgastada, porque esqueceu que a política é uma ferramenta que deve ser usada para fazer o bem coletivo e não o individual. Por conta disso, o ministro se mostrou intransigente sobre a urgência de uma reforma e sustentou a idéia de uma Assembléia Constituinte voltada para a elaboração de um projeto que venha a ser aprovado no Senado.

Eleição

O palestrante admitiu que, a curto prazo, a população não deve esperar pela reforma, já que, paradoxalmente, entre os 96% de parlamentares que defendem a iniciativa, muitos deputados federais vislumbram somente as possibilidades de serem reeleitos no pleito seguinte, quando começam a tratar do assunto. “Deve-se pensar em mudanças para 20 anos, onde os atuais protagonistas não estejam disputando eleições”, opinou.

José Múcio frisou também a importância da participação das assembleias na discussão do tema, porque, segundo ele, ainda não há um modelo de reforma que possa ser considerado o melhor e os políticos precisam chegar a um consenso para que a democracia saia como a grande vitoriosa desse processo.



“A curto prazo, a população não deve esperar pela reforma, já que, paradoxalmente, entre os 96% de parlamentares que defendem a iniciativa, muitos deputados federais vislumbram somente as possibilidades de serem reeleitos no pleito seguinte”.

Coletiva à imprensa

Logo após a sua palestra, o ministro José Múcio Monteiro conversou com jornalistas que cobriam o evento:

REVISTA PLENÁRIO: Qual a posição oficial do Governo sobre a reforma política?

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO: Essa reforma foi a primeira que tentamos em parceria com o Congresso. Não tivemos sucesso, porque o Congresso não conseguiu que se chegasse a uma resultante, por conta da divergência de opiniões de cada partido. Sendo assim, vamos tentar de novo. Mas, é bom lembrar que o governo deixou que o Legislativo apresentasse a proposta, que foi feita, mas para execução a curto prazo, o que deixou alguns parlamentares inseguros quanto às próximas eleições. Defendo que o Executivo apresente uma reforma discutida com todos os envolvidos e que ela seja executada daqui a três ou quatro pleitos.

RP: O senhor acha que o presidente Lula deve ir às cidades nas eleições onde o PT está com a base rachada?

JMM: Não pode ir de jeito nenhum. Nem aqui, nem em Recife, nem em Salvador, por exemplo. Em todos os estados e municípios, ele é o líder de algumas facções que estão se debatendo. Se

no segundo turno (e esta foi a opinião que dei a ele) o nosso palanque estiver reproduzindo as alianças de Brasília, aí, sim, ele irá participar.

RV: O PTB decidiu apoiar a senadora Patrícia Saboya, do PDT. O senhor considera importante a participação do Lula nesse palanque?

JMM: Não, porque as eleições municipais são questões absolutamente locais e a gente tem que respeitar as alianças.

RV: O senhor confirma a nomeação da ministra Dilma Rousseff como candidata à presidência daqui a dois anos?

JMM: Não. De maneira alguma. Ela falou no Senado, mas o problema é que Dilma é uma referência, e depois que se começou a falar que ela poderia ser candidata, iniciou-se mais uma guerra política. Temos tantos problemas pela frente, que a eleição parece ser daqui a um século.

RP: E sobre a vinda de uma refinaria para o Ceará, como o Governo se posiciona?

JMM: Só quem pode bater o martelo sobre isso é o presidente, mas o trabalho está sendo dirigido para trazer a refinaria para cá, junto com a bancada federal do Estado.

Os debates na AL cearense

O tema reforma política tem sido recorrente nas sessões plenárias da Assembléia do Ceará. Os parlamentares ocupam a tribuna da Casa ou solicitam a realização de audiências públicas para debater o projeto.

Fernando Hugo, do PSDB, tem sido um dos deputados mais atuantes nessa questão. Ele defende a reforma, critica a morosidade do Senado para votar as mudanças e afirma que a matéria precisa de uma legislação específica. Para ele, a população precisa

entender a importância do voto que, em sua opinião, é o elemento norteador dos políticos preocupados com uma melhor qualificação da representação popular. “É necessário que todas as Assembleias do Brasil unam-se em prol disso”, avalia.

O dep. Ely Aguiar (PSDC) também quer uma reforma no Parlamento brasileiro, sob a justificativa de que o entrave na política nacional está na vivência de uma ideologia de interesse vivida pelos parlamentares.



“Atualmente, 10,8% das exportações brasileiras são de responsabilidade do Mercosul, o que garante ao país ser uma das maiores potências do crescimento de mercado internacional”

Parlamento reforça unidade do Mercosul

Eleito senador, em 2002, com a maior votação da história do país - 10 milhões, 497 mil e 348 votos -, o petista Aloizio Mercadante (SP) foi um dos palestrantes da XII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais. Como presidente da representação brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), veio falar sobre as discussões que envolvem as relações comerciais entre os países-membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul) - Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, além dos associados Venezuela, Bolívia e Chile. Ele destacou também as eleições para a presidência do Parlasul, em 2010.

Segundo Mercadante, o parlamento é um importante mecanismo para impulsionar o bloco econômico. Ele lembrou que foi através do Mercosul que o Brasil, nos últimos seis anos, foi o país que mais aumentou o excedente de alimentos exportados no mundo. “Atualmente, 10,8% das exportações brasileiras são de responsabilidade do Mercosul, o que garante ao país ser uma das maiores potências do crescimento

de mercado internacional”, reforçou.

Os países-membros do Mercosul já começam a realizar as eleições diretas para a escolha de seus representantes no Parlamento. A primeira eleição aconteceu no Paraguai, em abril passado. Foram eleitos 18 parlamentares. Em 2009, será a vez da Argentina. O Brasil realizará sua eleição em 2010, e o Uruguai, no ano seguinte. Em 2014, haverá eleição única, em todos os países e em um mesmo dia.

De acordo com Mercadante, é importante que os parlamentares do Mercosul se dediquem na consolidação do Parlasul e na integração regional. “Hoje, nós temos uma representação de apenas 18 parlamentares por país. Em 2010, teremos uma eleição para deputados (federal e estadual), senador e parlamentar do Mercosul”, ressaltou.

Para Mercadante, o principal desafio no pleito será construir uma representação de equilíbrio entre os países. Segundo ele, o Brasil terá cerca de 75 integrantes no Mercosul.

Juros atrasam crescimento do país

Primeiro palestrante da XII Conferência da União Nacional dos Legislativos Estaduais, o deputado federal Ciro Gomes (PSB) abordou a conjuntura político-econômica do Brasil. Ele citou alguns entraves para o crescimento do país, como a taxa de poupança interna que, em sua opinião, é insuficiente para o desenvolvimento sustentável, as altas taxas de juros inseridas no crédito para as empresas e a defasagem tecnológica.

Mas, para o ex-ministro da Integração Social, o governo Lula vem promovendo algumas ações que contribuem para reduzir estas dificuldades. Apresentou como exemplo, a melhoria dos indicadores sociais e o aumento do número de jovens de baixa renda nos bancos universitários.

Conheça o pensamento do parlamentar e ex-governador do Ceará sobre assuntos da atualidade:

Crise dos alimentos

Os subsídios agrícolas que a Europa dá ao álcool da beterraba e que a América do Norte dá ao álcool do milho são as causas na crise de alimentos. Porque milho e beterraba são alimentos. Esse não é o caso do Brasil, pois o país produz o etanol com alta produtividade, a partir da cana-de-açúcar, em áreas diferentes das que produz alimentos. Tanto assim, que batemos recordes todos os anos como país exportador de alimentos. No caso do Brasil, temos a solução e não o problema.

Amazônia

Eu avalio o norte do Brasil como uma grande oportunidade e uma crise crônica, porque, no futuro, teremos um estresse na questão de preservacionismo e desenvolvimento. A única solução será inculcarmos na lógica da Amazônia a cultura do desenvolvimento sustentável, atividades renováveis, o manejo florestal sustentável e o turismo. Existe ainda a questão da preservação em si e dos interesses estratégicos, como defesa, propriedade da terra e infra-estrutura. Não é possível imaginar Manaus, sede de 8% da produção industrial do país, sem um único acesso rodoviário para o Brasil, mas tendo um acesso para a Venezuela.

Política de Juros

É um erro de coordenação a erosão nas nossas contas externas, pois nós temos o maior rombo desde 1947. E isso hoje só não está causando uma crise por dois motivos: porque o governo Lula preparou o maior volume de reservas cambiais da história do Brasil, superior a 100% de nossa dívida externa, e o país está recebendo investimentos estrangeiros superiores a esse rombo. Mas não podemos parar por aí. Não é porque temos essa poupança e um investimento grande, que não haja necessidade de consertar essa falta de coordenação entre as políticas cambial, monetária e fiscal.



Das aulas presenciais à era digital

A Assembléia Legislativa do Ceará tem investido fortemente na qualificação de seus servidores. Primeiro, foi a Universidade do Parlamento, que surgiu no final do ano passado trazendo uma iniciativa inédita no Brasil: a oferta de cursos voltados, exclusivamente, para a formação dos servidores em carreiras legislativas.

A mais nova iniciativa do Parlamento Estadual, que começou a funcionar desde maio último, está beneficiando pessoas de todo o Brasil. Trata-se do Projeto de Educação à Distância "Alecemídia". Desenvolvido pelo Programa União Interativa do Legislativo Cearense (Unilece), o "Alecimídia" é direcionado àqueles que têm interesse pelos assuntos relacionados ao Parlamento, mas não dispõem de tempo para frequentar as salas de aula.

Inicialmente, estão sendo oferecidos quatro cursos, todos gratuitos, com carga horária de 40 horas/aula. São eles: Noções Básicas de Administração, Licitações e Contratos, Introdução ao Jornalismo Legislativo e Introdução ao Orçamento Público.

Capacitação

De acordo com o deputado Gony Arruda (PSDB), presidente do Unilece, o objetivo do Alecemídia é capacitar servidores, funcionários e todos aqueles que desejam adquirir mais conhecimentos nestas áreas.

Conforme a coordenadora do Programa, Suely Romero, as inscrições foram um sucesso. "Tivemos um total de 744 inscritos, dentre eles pessoas de vários municípios cearenses, como Barbalha, Solonópoles, Paraipaba, Caucaia e Eusébio. Inscreveram-se, inclusive, servidores



>> Gony Arruda, presidente da Unilece

da Secretaria de Educação da Bahia. As ocupações foram as mais diversificadas possíveis. Tivemos pessoas tanto do setor privado, como do setor público", concluiu.

Quem perdeu as inscrições deve ficar atento para a oferta de novos cursos que deverão surgir em setembro. Suely Romero diz que estão em desenvolvimento os seguintes cursos: Parlamento Municipal, Introdução à Defesa do Consumidor e Comunicação Oficial do Legislativo Estadual. Para se cadastrar, os interessados deverão entrar na página da Assembléia (www.al.ce.gov.br/unilece) e escolher a opção Alecemídia - Educação a Distância. Os certificados serão entregues aos participantes no final de cada curso.

Novos Projetos

Além do Projeto de Educação à Distância "Alecemídia", o Programa União Interativa do Legislativo Cearense (Unilece) desenvolve outros três projetos: AP Interativa, Interlece e Legioteca.

A AP Interativa ou Audiência Pública Interativa é a ferramenta de videoconferência criada para manter uma rede entre os municípios cearenses e a Assembléia. O projeto foi apresentado a 21 Câmaras. Destas, 12 já assinaram convênio.

A Legioteca ou Biblioteca do Legislativo é um trabalho de consultoria voltado aos vereadores, que poderão acessar todas as informações relacionadas à AL, além de conhecer o texto integral da Lei Orgânica dos Municípios.

E, finalmente, o Interlece (Consultoria do Legislativo), que disponibilizará às Câmaras Municipais os serviços prestados pela Assembléia Legislativa, como consultas *on-line*.

Com isso, os vereadores cearenses poderão acessar o Unilece, sempre que necessário. Através do e-mail interlece@al.ce.gov.br, poderão, ainda, encaminhar dúvidas e sugestões que serão avaliadas e respondidas por consultores da Casa, num prazo máximo de cinco dias.

Parlamento e Cidadania

15 de novembro de 1889. O Brasil troca a Monarquia pela República. A proclamação do novo regime de governo é feita sem lutas. O imperador Dom Pedro II, após 49 anos de reinado, deixa o país com sua família rumo à França. Inicia-se o regime republicano. Em 119 anos, a República enfrentou instabilidades, crises estruturais e reformulações constitucionais.

Os reflexos da história política brasileira e do Ceará, no período de 1889 até os dias atuais, passando pelo Legislativo, são relatados no livro "Parlamento, República e Cidadania: Sujeitos da História do Ceará", organizado pela jornalista Suzete Nocrato e pela professora doutora Mônica Mota Tassigny, e lançado este mês, pelo Instituto de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento do Ceará (Inesp).

Neste livro, o leitor perceberá os reflexos políticos do Brasil sobre a história do parlamento cearense. De acordo com Suzete Nocrato, o livro não tem a pretensão acadêmica, "mas será importante como suporte às escolas e no processo de reflexão dos estudantes sobre os acontecimentos políticos do País e o papel da Assembléia Legislativa do Ceará na consolidação de conquistas sociais", explicou a autora.



>> Capa do livro



>> Suzete Nocrato e Mônica Mota Tassigny, autoras do livro

"Mão de ferro"

Apesquifazumrelatosobreahistória da Assembléia Legislativa do Ceará, a partir de 1889, com a Proclamação da República, que trouxe a novidade da tripartição dos poderes. Com autonomia política, o Poder Legislativo escapou à subordinação do Executivo, definindo as bases democráticas atuais. "Muito embora os primeiros anos de consolidação da República sejam marcados pela "mão-de-ferro" dos marechais, a história do Regime Republicano é também a história da apropriação popular de sua representatividade política", diz Suzete.

Em 1988, chega-se à Constituição Cidadã, que pretende assegurar os direitos sociais e civis da população. "Sabemos que muito precisa ser feito e está sendo feito na legislatura atual, no sentido de manter a transparência e a ampla participação popular, conforme

se consolide a promoção de Audiências Públicas que tratem de temas referentes à vida dos cearenses", observa.

Mônica Tassigny e Suzete Nocrato explicam que no percurso da investigação contaram com o apoio do presidente da Assembléia Legislativa do Ceará, deputado Domingos Aguiar Filho, idealizador do projeto, e do presidente do Inesp, professor Antonio Nóbrega Filho.

>> Serviço

Livro: "Parlamento, República e Cidadania: Sujeitos da História do Ceará"

Distribuição gratuita
Av. Des. Moreira, 2807 - Dioniso Torres
Tel: 85 3277-3708

Debatendo os problemas do povo com o povo

>> Deputados que presidem as Comissões



DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Heitor Férrer (PDT)



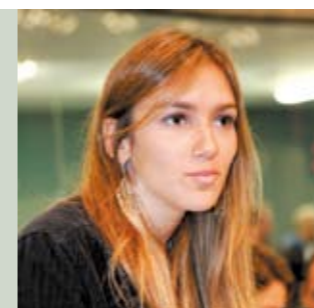
INDÚSTRIA E COMÉRCIO, TURISMO E SERVIÇO
Sérgio Aguiar (PSB)



DEFESA SOCIAL SEGURANÇA PÚBLICA
Edson Silva (DEM)



DEFESA DO CONSUMIDOR
Moésio Loiola (PSDB)



INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Livia Arruda (PMDB)



CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roberto Cláudio (PHS)



TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Professor Teodoro (PSDB)



CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
José Sarto (PSB)

As Comissões técnicas da Assembléia Legislativa têm se tornado a verdadeira tribuna da população cearense. Elas surgiram junto com o Legislativo Estadual, ainda no século 19, mas se limitavam à análise e votação dos projetos que tramitavam na casa. Nos últimos anos, porém, suas funções foram ampliadas e as comissões passaram a ser local de debate dos problemas da sociedade. Além disso, assumiram o papel de mediadoras das reivindicações e reclamações da população mais carente perante o Estado ou a iniciativa privada.

Nelas se discutem os mais diversos assuntos, como: saúde, violência, passe livre para deficientes, educação e meio ambiente. Por isso mesmo, elas são também conhecidas como comissões temáticas ou permanentes e têm caído no gosto das entidades populares que, às vezes, até pautam a agenda das comissões.

Como bem definiu o presidente da AL, deputado Domingos Filho (PSDB): “as comissões técnicas da Casa têm trabalhado com nunca e têm uma ação cada vez mais ampla”. A procura é cada vez maior: em 2007, foram 252 audiências públicas e,

neste ano, entre fevereiro e maio, 101.

No início do ano, a Assembléia saiu na frente e convocou secretários de saúde do Estado e dos municípios, e diretores dos hospitais para discutir o risco de uma epidemia de dengue. As Comissões também acompanham de perto a assistência e a recuperação de perdas das pessoas atin-

gidas pelas enchentes, pelos tremores de terra na região de Sobral e dos que vivem nas áreas de risco na Região Metropolitana de Fortaleza.

No dia 18 de fevereiro, a Comissão de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços realizou sua primeira audiência para discutir o problema gerado com a proibição

do acesso de pescadores artesanais da área do Porto do Mucuripe, que ameaçava o ganha-pão de 250 famílias. Após um acordo, mediado pelos deputados, a Capitania dos Portos catalogou pescadores e definiu suas áreas de atuação, solucionando o problema dos pescadores.

Assuntos importantes para a economia local, como o funcionamento da indústria cearense e dos projetos de irrigação e a vinda da siderúrgica, também foram discussões frequentes na Casa.

A Comissão de Defesa do Consumidor tem sido um apoio para a população. Neste ano, foram debatidos aumentos nas taxas bancárias, de água e luz, denúncias contra planos de saúde e outras prestadoras de serviços. Os consumidores contam ainda com o trabalho do Procon Assembléia. A Comissão de Seguridade Social e Saúde debateu o combate ao câncer infantil e cobrou ações preventivas e capacitação de profissionais de saúde e professores para detectar a doença. A queda das arquibancadas no carnaval de Fortaleza; a extensão para o interior da redução da alíquota do ICMS, que resultou na queda

do preço das passagens de ônibus e as reivindicações trabalhistas de motoristas e outras categorias, foram temas debatidos pelas comissões.

Na área de Ciência Tecnologia foram discutidos temas como educação tecnológica profissionalizante e precariedade das universidades estaduais. A Comissão de Educação, Cultura e Desporto manteve a luta pelo ensino público de qualidade e debateu temas como a preservação do patrimônio histórico de Aracati e a luta dos professores pela redução da carga horária e pelo piso salarial.

Os principais temas das comissões são os problemas do dia-a-dia do cidadão cearense, como a violência nas ruas e o aumento dos acidentes de trânsito, que deixam enormes prejuízos financeiros e principalmente sociais, com a morte de milhares de pessoas, especialmente jovens. Às comissões também cabe discutir temas importantes do Estado, como o orçamento anual e o plano plurianual, empréstimos e investimento e ainda as conta do Governo e os planos de cargos e carreira dos servidores.

>> Serviço

Comissão de Defesa Social	3277-2505
Comissão de Trabalho Administração e Serviço Público	3277-2964
Comissão de Defesa do Consumidor	3277-2691
Comissão de Seguridade Social e Saúde	3277-2964
Comissão de Fiscalização e Controle	3277-2505
Comissão de Agropecuária e Recursos Hídricos	3277-2964
Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Semi-Árido	3277-2960
Comissão de Educação, Cultura e Desporto	3277-2751
Comissão de Ciência e Tecnologia	3277-2751
Comissão de Viação e Transportes	3277-2607
Comissão de Indústria, Comércio e Turismo	3277-2607
Comissão da Infância e Adolescência	3257-1510
Comissão de Orçamento e Finanças	3277-2964
Comissão de Direitos Humanos e Cidadania	3277-2959
Comissão de Constituição, Justiça e Redação	3277-2609

Mais Qualidade

Além do aumento da demanda pelos serviços, criando a necessidade da construção de novos auditórios e espaços de apoio, as Comissões ganham também em qualidade, através da parceria com o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp). “Damos apoio técnico para qualificar as Comissões, definir temas e elaborar material informativo, como cartilhas”, explica o presidente do Inesp, Antônio Nóbrega.

A diretoria operacional da Assembléia garante o apoio logístico às atividades das comissões. Audiências e outros eventos são transmissões pela TV e Rádio Assembléia, pelo Programa Interlegis e videoconferência, presenciadas em tempo real em vários municípios.

Uma saga sobre rodas

Hoje em dia, a estudante universitária Raquel Maia, 21 anos, gasta o dobro do tempo que costumava despende para concluir o percurso casa-faculdade. De segunda a sexta-feira, às 7:00 e ao meio-dia, ela enfrenta congestionamentos que se tornaram constantes em Fortaleza, transformando pequenas viagens em sagas sobre rodas. O problema de Raquel está principalmente nas avenidas Washington Soares e Antônio Sales.

O caso de Mariêta Fontenele, 26 anos, é mais complicado. Ela mora no bairro Henrique Jorge, acorda às 5h50min e se prepara para ir ao trabalho, que fica no Dionísio Torres. Chega ao terminal Lagoa às 7h15min e espera cerca de meia hora para pegar o ônibus. A demora, segundo ela, é por causa da superlota-

ção na linha Via Expressa/Lagoa. “Minha viagem dura, em média, 40 minutos. Deixo passar quatro ônibus para poder ir sentada”, explica a assistente legislativa, lembrando dos 20 minutos que perde no engarrafamento entre as Avenidas Pontes Vieira e Rui Barbosa.

Já o webdesigner Márcio Holanda, 28 anos, não tem esse problema. Motociclista, ele dribla a lentidão do trânsito da Capital tranqüilamente, mesmo nos horários de pico diagnosticados pela Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania (AMC) – das 7h às 8h; de 11h30min às 12h30min; e de 17h30min às 18h30.

Há quem diga que o cenário de paralisação do tráfego em Fortaleza pode evoluir a tal ponto que será similar ao que acontece hoje em São Paulo.

A voz do povo



Acordo cedo para chegar no horário ao trabalho. Minha viagem dura, em média, 40 minutos. Mas tenho que deixar passar quatro ônibus para poder ir sentada”,

Mariêta Fontenele, 26 anos,
funcionária pública



“A utilização de motos e bicicletas reduziriam o impacto que os carros provocam nas vias de Fortaleza”

Márcio Holanda, 28,
webdesigner



“Apóio a abertura de faixas exclusivas para ônibus. No entanto, ao mesmo tempo em que essa medida for adotada, é preciso investir no transporte coletivo de qualidade”

Téo Menezes (PSDB)

Agilidade e conforto

Nossos três personagens têm sugestões. Raquel acha que mais viadutos poderiam ser construídos, algumas avenidas deveriam ser alargadas e muitos semáforos, “por deixarem o trânsito mais lento”, poderiam ser eliminados. Mariêta opta por mais conforto nos ônibus, com a aquisição de poltronas acolchoadas para amenizar o incômodo de longos trajetos. E Márcio acredita que uma maior utilização de motos e bicicletas reduziria o impacto dos problemas viários.

O presidente da AMC, Flávio Patrício, informa que uma política de mobilidade está sendo implantada na cidade depois de anos sem investimentos na área. Na opinião dele, um dos agravantes no quesito trânsito está no desordenamento da Capital, como a ocupação irregular de determinadas localidades e as construções fora do padrão estabelecido pela Prefeitura, que interferem diretamente na qualidade do tráfego. Isso, agregado à falta de investimentos em infra-estrutura para comportar o inchaço sofrido nas vias pelo carros novos que saem mensalmente das concessionárias.

Para mudar esse quadro, Flávio acredita que a criação de corredores exclusivos para o transporte público dará mais fluidez às ruas, assim como o trabalho já realizado pela Autarquia em melhorar a

sinalização tem colaborado para que o caso não fique ainda mais crônico.

O presidente da Comissão de Viação, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior da Assembléia Legislativa, deputado Téo Menezes (PSDB), apóia a abertura de faixas exclusivas para ônibus. Ele pondera que, ao mesmo tempo em que essa medida deve ser adotada, é preciso investir no transporte coletivo para que ele deixe o estigma de precário e passe a oferecer conforto à população.

Dessa maneira, Téo acredita que um alto quantitativo de pessoas deixará seus carros particulares em casa e passará a utilizar os ônibus, vans, trens, táxis e, futuramente, o metrô para se deslocarem. Assim, Raquel e Mariêta terão uma maior mobilidade e não sofrerão tanto com os congestionamentos, e Márcio terá a garantia de poder circular com sua moto de forma despreocupada. “Você não vai deixar de sair de casa num veículo próprio para ficar no desconforto. Se medidas não forem tomadas, corremos o risco de ver grandes engarrafamentos como ocorreu na greve de motoristas de ônibus”, diz. Na ocasião, Fortaleza praticamente parou durante três dias e os cerca de um milhão de passageiros que utilizam o transporte público ficaram amontoados nas paradas à espera de explicações.

Fiscalização

Para o mestre em engenharia de transportes e professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Mário Azevedo, o maior desafio do trânsito em Fortaleza está na fiscalização, que, para ele, ainda é pequena, principalmente quando se notam paradas feitas por motoristas no meio das vias e a destinação, por parte de centros comerciais, de espaços para estacionamentos.

Ele diz que essas duas situações colaboram para a morosidade do fluxo de veículos, mas descarta a implantação de pedágio urbano e de rodízio de automóveis na Capital, como forma de melhorar o sistema de transporte.

Ele também acredita que o alargamento de vias não é uma boa alternativa, porque gera ônus aos cofres públicos com as desapropriações de imóveis. “O melhor mesmo é as pessoas param de usar tanto o carro. É preciso um trabalho de conscientização de que o coletivo é melhor e transporta mais gente”, argumenta.



Transfor

Sobre a valorização do transporte público como tangente à problemática do tráfego intenso, a nova aposta dos condutores cearenses está no Programa de Transporte Urbano de Fortaleza - o Transfor -, uma iniciativa da Prefeitura que está sendo executada desde o dia 19 de maio último, através da Secretaria de Infra-estrutura do Município (Seinf).

O projeto prevê a criação de uma faixa exclusiva para o transporte coletivo, a reformulação e ampliação de terminais, e a construção de 30 km de ciclovias e 164 km de calçadas. As ações estão divididas em três lotes e as obras orçadas

em US\$ 142 milhões, recursos garantidos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O coordenador do Transfor, Daniel Lustosa (foto), explica que as rotas escolhidas para serem modificadas foram definidas com base no melhor atendimento à população de baixa renda, que é, de acordo com ele, a maior demanda do transporte público da Capital.

Lustosa admite que o Transfor não vai solucionar de imediato os transtornos e informa que outros programas como esse mesmo precisam ser planejados para que a política de mobilidade contemple toda

O trunfo

Por mais paradoxal que pareça, a crise dos motoristas fez com que viessem à tona apontamentos de que o próprio transporte coletivo é a saída para o fim dos transtornos viários. Especialistas e órgãos administrativos garantem que, para reduzir o tempo de espera, é fundamental a aplicação de recursos na melhoria do sistema como um todo, a começar pela reestruturação da malha viária de Fortaleza, considerada defasada e com dificuldades de comportar os 540 mil veículos que a utilizam hoje, uma frota crescente a passos largos: cerca de 7% ao ano.

O presidente da Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza S/A (Etufor), Ademar Gondim, defende a ideia de que o transporte coletivo é o trunfo do jogo para amenizar a situação. Além dos corredores exclusivos, ele cogita a complementação tarifária, uma ação que permitiria aos usuários de ônibus intermunicipais não precisarem ir até o Centro de Fortaleza para apanhar outro



>> Ademar Gondim, presidente da Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza S/A (Etufor),

tipo de transporte. “O passageiro desceria do intermunicipal e entraria no nosso sistema pagando pouco mais que uma passagem, ao invés de pagar por duas passagens fechadas”, explica.

Para desafogar o trânsito, ele também sugere a proibição da circulação de veículos de carga, entre 6h30min e 8h, e a liberação apenas de caminhões-baú para a realização de entregas dentro do perímetro urbano.

Conforme Ademar, essas ações estão sendo avaliadas por um grupo de estudos formado por representantes do governo estadual e as prefeituras de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú.



>> Deputado Perboyre Diógenes

a cidade. No entanto, ele esclarece que a ação vai modificar completamente a estrutura da Capital. “O Transfor está trabalhando com três corredores de transporte. O município tem um planejamento de construir 15. Por isso, vai ter que ter um Transfor 2, um Transfor 3 etc”, enumera, complementando que 200 ônibus no formato sanfona serão adquiridos com centrais de ar condicionado. Além disso, serão instalados semáforos inteligentes, – que se adequam ao tempo que o motorista precisa para completar o trajeto – para auxiliar no desafogamento.

A expectativa é de que tudo o que foi

>> Números

4.072

Veículos em Fortaleza: 1.630 ônibus, 320 vans (topics), 4.072 táxis, 2.209 mototáxis e aproximadamente 900 transportes escolares

19.000

novos veículos estarão nas ruas até o final de 2008

1.960

veículos cruzam o corredor da Antônio Sales (entre Rua João Cordeiro e Av. Senador Virgílio Távora) das 7h e 8h

02

trechos mais congestionados: Avenida Aguanambi com Rua Domingos Olímpio (no pico da manhã) Avenida Desembargador Moreira com Avenida Antônio Sales (nos picos do meio-dia e do fim de tarde).

Fontes: AMC e CTAFOR

“Ceará, terra e gente que faz história”: Mais riqueza de detalhes

Na busca de reforçar o resgate da história do povo cearense e levar ao telespectador os fatos, alguns até então desconhecidos, mostrando a visão econômica, cultural e política, a TV Assembléia – canal 30, em parceria com a MT Vídeo, vem realizando algumas mudanças no documentário Ceará, Terra e Gente que Faz História.

A “nova série”, como é chamada pelo editor do documentário, Ribamar Júnior, pretende mostrar a história do Ceará,

partir da Assembléia Legislativa, em um menor espaço de tempo. Ele explica que uma história de 30 anos, que era contada em 30 minutos, será resumida em até quatro anos. Assim, um período mais curto será retratado em cada programa. “Desde a chegada da coroa portuguesa no Brasil, até as leis que eram aprovadas, a situação econômica, financeira, social e cultural da época, tudo isso é mostrado minuciosamente e com mais riqueza de detalhes”, afirmou o diretor.

Mais detalhes

De acordo com José Mapurunga, roteirista do programa, o diferencial do documentário é que, até hoje, não apareceu nenhuma proposta de contar a história do Ceará, tendo como partida o Legislativo. Mapurunga falou da dificuldade de detalhar cada período mostrado na série anterior, pois, segundo ele, “era muito material a ser retratado em pouco tempo”. Ele explica que como o objetivo do documentário era mostrar a história do Ceará, partindo da Casa, havia uma dificuldade até mesmo de inserir o Poder dentro da proposta do projeto. “No entanto, ficou mais fácil mostrar um período mais rico de histórias cotidianas em quatro anos, que correspondia a duas legislaturas do período provincial, do que em um único programa que contava três décadas”, disse.

Para a jornalista Sandra Chaves, apresentadora do programa, o mais importante é a credibilidade que a TV Assembléia, está transmitindo, pela maneira arrojada e inovadora do documentário. Segundo ela, o presidente da Casa tem “uma visão de futuro”. “Quando abracei este projeto, vislumbrei a qualidade que o programa iria transmitir, pois a credibilidade é uma coisa que se conquista com o tempo. Como o presidente tem essa visão de futuro, ‘Ceará, Terra e Gente que Faz História’ vai beneficiar, culturalmente, diversas pessoas, desde o estudante até as pessoas que queiram conhecer mais sobre as nossas raízes”, disse ela, informando que o documentário, futuramente, será distribuído para as escolas públicas e privadas.

Água da Quartinha

Dentre as histórias desconhecidas da sociedade cearense podemos citar o caso do envenenamento da água das quartinhas, um fato muito importante que aconteceu na Assembléia Provincial do Ceará. “Era um período de muitos conflitos entre caranguejos (políticos conservadores) e chimangos (políticos liberais). Haveria uma votação que era ruim para os liberais, e estes, então, decidiram envenenar a água das quartinhas para acabar com a sessão e impedir a votação. O coronel Tomás Augustinho,

que tomou a água da quartinha, ficou extremamente doente. Ele foi levado para a cidade de Icó, e em Messejana, cidade por onde passou, comentou com o seu avô que o Major Facundo, líder da Assembléia Provincial e do partido Liberal, poderia encomendar o caixão, pois ele não escaparia dessa. Coincidentemente, na noite de 08 de dezembro, o major Facundo estava em sua casa, na varanda, depois do jantar, quando levou um tiro no peito”, relatou Mapurunga, roteirista do documentário.



Despertando o interesse pela leitura

Os ouvintes da Rádio FM Assembléia (96,7 MHz) podem contar com um novo programa cultural. É o “Autores e Idéias”, que estreou dia 24 de maio, com o objetivo de gerar interesse do público para a leitura. O programa é produzido e apresentado pela jornalista Luana Gurgel e vai ao ar aos sábados, às 15h, com reprise às 20h, às quartas-feiras.

Segundo a diretora da FM Assembléia, Fátima Abreu, a iniciativa do programa integra o projeto cultural da rádio e a idéia é “fazer com que o ouvinte tenha o desejo de comprar o livro em discussão, antes mesmo de o programa terminar”. A proposta do programa é convidar, no primeiro momento, os membros da Academia Cearense de Letras (ACL). O público

também pode participar, sugerindo autores para serem entrevistados.

O primeiro entrevistado foi o escritor e mestre em literatura, professor Batista de Lima. Ele ocupa uma cadeira da Academia Cearense de Letras, é membro da Academia Nordeste de Letras e da Academia Fortalezense de Letras, além de fazer parte do último grande grupo literário, Siritará.

Durante o programa, o escritor fez um preâmbulo sobre a literatura cearense, os grupos literários e falou sobre a literatura de cordel e as idéias do grupo Siritará. O programa cuja gravação foi realizada nos dias 5 e 13 de maio, foi transmitido em cinco blocos, com intervalos, totalizando uma hora de duração.

De acordo com a jornalista Luana Gurgel, o ouvinte consegue ter uma visão panorâmica de literatura e, ao mesmo tempo, entrar na vida e na obra do escritor. No programa dirigido ao escritor Batista de Lima, o livro de contos comentado foi “O Pescador de Tabocal”. Desta obra, o autor discorreu sobre o boi navegante, “baseado em uma história real que aconteceu quando ele tinha sete anos de idade”, informou a apresentadora.

Além do “Autores e Idéias”, Luana produz e apresenta outros programas na rádio FM Assembléia, como o “Notas Jazz”, onde as belas canções de jazz são acompanhadas de informações sobre este ritmo musical. O programa é transmitido aos sábados, às 19h30min.



>> Fátima Abreu, diretora da FM Assembléia, e Luana Gurgel, apresentadora do programa “Autores e Idéias”

+ O Escritor

Batista de Lima nasceu em Lavras da Mangabeira, é graduado em Letras pela Faculdade de Filosofia do Ceará, e em Pedagogia, pela Universidade Estadual do Ceará. É mestre em Literatura pela Universidade Federal do Ceará. É membro efetivo da Academia Cearense da Língua Portuguesa. Atualmente, leciona na Unifor e na Uece. Dentre as suas obras, destacam-se: “Miranças” e “Moreira Campos - A escritura da Ordem e da Desordem”. Recebeu vários prêmios, como o Prêmio Osmundo Pontes de Literatura, da Academia Cearense de Letras.



FOTO FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

>> Agente da Funasa observa mosquitos da espécie *Aedes aegypti* em garrafa.

Ceará já enfrenta epidemia

Contra os números não há como discordar: foram notificadas 34.699 suspeitas de dengue, em 170 municípios cearenses, dos quais, 19.375 casos foram confirmados, através de exames de laboratório, em 158 cidades. Estes registros dão a feição de epidemia ao Estado - de acordo com o Ministério da Saúde uma epidemia se configura quando as taxas de incidência são superiores a 300 casos por 100.000 pessoas. O Ceará tem cerca de 8 milhões de habitantes, o que seria necessário em torno de 24 mil casos notificados para caracterizar uma epidemia.

As autoridades sanitárias do Estado admitem o fato. Como mais de 50% dos casos confirmados ocorreram em Fortaleza, o secretário de Saúde do Município, Odorico Monteiro, reconhece que a capital cearense vive uma epidemia de dengue clássica. E os boletins da Secretaria de Saú-

de do Estado do Ceará (SESA) mostram que cerca de 150 municípios também enfrentam o mesmo problema. Em algumas localidades, diz o órgão, já estão sendo notificados mais de 300 casos novos a cada dia. Quanto à dengue hemorrágica, foram notificados 756 casos este ano.

Para o presidente da Comissão de Seguridade Social e Saúde, deputado Antonio Granja (PSB), a preocupante situação do Estado em relação à dengue está relacionada a duas questões: falta de eficácia das ações, nos últimos anos, dos governos federal, estadual e municipal e falta de conscientização da população quanto aos cuidados que devem ser tomados para evitar a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*. "Hoje nos encontramos diante de uma situação grave", declara. Segundo ele, o ano de 2008 está servindo para que a população desperte

quanto ao seu papel nesta luta, que não é apenas das autoridades públicas, e adote as providências necessárias.

Antonio Granja informa que a Assembleia Legislativa tem debatido sobre o problema. "Temos convocado todas as entidades, através de audiências públicas, para lutarmos contra esse problema", explica. O deputado destaca que foi elaborado um Projeto de Indicação, em que assuntos relacionados à saúde, como no caso da dengue, possam ser inseridos no calendário das escolas.

Já o deputado Hermínio Resende (PSL) destaca que é importante a conscientização dos moradores no sentido de colaborar com o trabalho dos agentes de saúde, permitindo que estes entrem em suas residências para combater possíveis focos do mosquito. Segundo ele, o governo precisa fazer mais campa-

>> Conheça um pouco sobre a dengue

Quanto tempo depois de ser picado aparece a doença?

Se o mosquito estiver infectado, o período de incubação varia de 3 a 15 dias, sendo em média de 5 a 6 dias.

Quais são os sintomas da dengue?

Os sintomas mais comuns são febre, dores no corpo, principalmente nas articulações, e dor de cabeça. Também podem aparecer manchas vermelhas pelo corpo e, em alguns casos, sangramento, mais comum na gengiva.

Como é feito o tratamento da dengue?

Não há tratamento específico para o paciente com dengue clássica. O médico deve tratar os sintomas, como as dores de cabeça e no corpo, com analgésicos e antitérmicos (paracetamol e dipirona). Devem ser evitados os salicilatos, como o AAS e a Aspirina, já que seu uso pode favorecer o aparecimento

de manifestações hemorrágicas. É importante também que o paciente fique em repouso e beba bastante líquido. Já os pacientes com Febre Hemorrágica da Dengue (FHD) devem ser observados para identificação dos primeiros sinais de choque, como a queda de pressão. O período crítico ocorre durante a transição das fases febril para a sem febre, geralmente após o 3º dia da doença. A pessoa deixa de ter febre e isso leva a uma falsa sensação de melhora, mas em seguida o quadro clínico do paciente piora. Em casos menos graves, quando o vômito ameaçar causar desidratação, a reidratação pode ser feita em nível ambulatorial.

A pessoa que pegar dengue pode morrer?

A dengue, mesmo na forma clássica, é uma doença séria. Caso a pessoa seja

portadora de alguma doença crônica, como problemas cardíacos, devem ser tomados cuidados especiais. No entanto, ela é mais grave quando se apresenta na forma hemorrágica. Nesse caso, quando tratada a tempo, a pessoa não corre risco de morte.

Quais os cuidados para não se pegar dengue?

Limpar e retirar tudo o que possa acumular água e oferecer risco. Em 90% dos casos, o foco do mosquito está nas residências.

Depois de termos dengue, podemos pegar novamente?

Sim, podemos, mas nunca do mesmo tipo de vírus. Ou seja, a pessoa fica imune contra o tipo de vírus que provocou a doença, mas ela ainda poderá ser contaminada pelas outras 3 formas conhecidas do vírus da dengue.

* Fonte Ministério da Saúde



>> Fernando Hugo (PSDB)



>> Hermínio Resende (PSL)



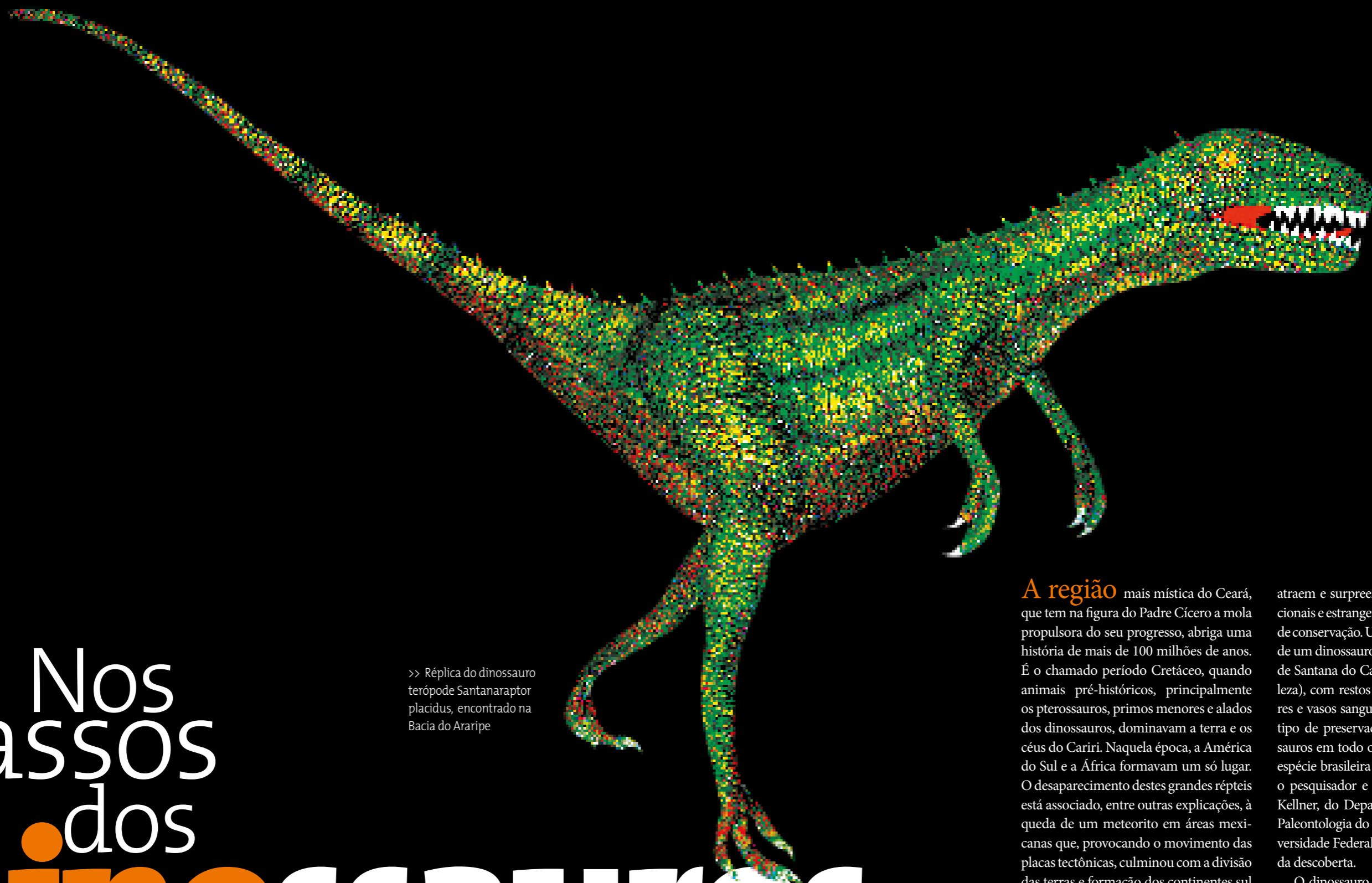
>> Antônio Granja (PSB)

nhas educativas, no sentido de alertar as pessoas sobre a ação do inseto. O parlamentar informa que a Assembleia está desenvolvendo outros projetos relacionados ao combate à dengue e destaca que o Sindicato dos Revendedores de Gás de Cozinha (Sindicág) está levando, voluntariamente, agentes de saúde para visitar as casas e apresentar panfletos

educativos sobre o assunto.

Outras ações da Assembleia, como a realização de seminários e novas audiências públicas deverão ocorrer em breve, segundo o deputado Fernando Hugo (PSDB). O parlamentar informa que a Casa vem acompanhando as ações promovidas pelo Estado e pelos municípios na luta contra a dengue, visando cobrar

resultados mais efetivos. Para ele, a doença tem causado transtornos à sociedade, principalmente em relação aos casos mais graves, que levam ao óbito. "A Assembleia Legislativa está sempre atenta aos movimentos relacionados ao assunto, sendo que muitos encontros foram efetuados e daqui estão saindo propostas e diretrizes", enfatiza.



>> Réplica do dinossauro terópode *Santanaraptor placidus*, encontrado na Bacia do Araripe

Nos passos dos dinossauros

A região mais mística do Ceará, que tem na figura do Padre Cícero a mola propulsora do seu progresso, abriga uma história de mais de 100 milhões de anos. É o chamado período Cretáceo, quando animais pré-históricos, principalmente os pterossauros, primos menores e alados dos dinossauros, dominavam a terra e os céus do Cariri. Naquela época, a América do Sul e a África formavam um só lugar. O desaparecimento destes grandes répteis está associado, entre outras explicações, à queda de um meteorito em áreas mexicanas que, provocando o movimento das placas tectônicas, culminou com a divisão das terras e formação dos continentes sul americano e africano.

É sob os pés dos caririenses que esta história aflora e se apresenta em forma de fósseis de animais, insetos e plantas, que

atraem e surpreendem pesquisadores nacionais e estrangeiros pelo excelente estado de conservação. Um exemplo: a descoberta de um dinossauro, em 1991, no município de Santana do Cariri (a 556 km de Fortaleza), com restos de pele, fibras musculares e vasos sanguíneos preservados. “Esse tipo de preservação é único para dinossauros em todo o mundo, e somente essa espécie brasileira tem o material”, explica o pesquisador e paleontólogo Alexander Kellner, do Departamento de Geologia e Paleontologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, autor da descoberta.

O dinossauro, que recebeu o nome de *Santanaraptor placidus*, pertence a um grupo denominado Tyrannoraptora, da mesma família do famoso *Tyrannosaurus Rex*, encontrado nos Estados Unidos.

Depredação e tráfico

Os fósseis são encontrados em um raio de dez mil km², na Chapada do Araripe, localizada entre os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, considerado o maior depósito de fósseis do Brasil e um dos mais importantes do mundo. Apenas para se ter uma idéia, na região já foram encontrados cerca de 350 exemplares de pterossauros – o que equivale a mais de um terço de todos os registros deste réptil no mundo. Sem contar a grande diversidade de peixes, insetos e plantas descobertos nas inúmeras localidades que compõem a Bacia Sedimentar do Araripe.

Este rico patrimônio natural, entretanto, vem sendo saqueado ano após

ano, desde as primeiras expedições de pesquisadores que surgiram por lá ainda no tempo do Império. Não há pesquisas oficiais que apontem os prejuízos da pilhagem, mas estima-se que a ação dos contrabandistas e dos “peixeiros” – moradores da região que sustentam suas famílias com a venda dos fósseis – promova uma retirada de milhares de fósseis da região a cada ano. O material vendido varia de R\$ 5,00 a R\$ 30,00 e chega a ser comercializado no exterior por valores superiores a US\$ 1.000,00.

“Os prejuízos já foram maiores”, conta Andréa Hauch, paleontóloga do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM - responsável pela autorização e

fiscalização das extrações de fósseis), em Fortaleza. Ela explica que há pouco mais de uma década, uma ação conjunta do DNPM-Ce, da Polícia Federal, Ibama, Ministério Público e Agência Brasileira de Inteligência, entre outras instituições, vem intensificando o combate ao tráfico, conseguindo afugentar alguns contrabandistas, ao mesmo tempo em que busca conscientizar os moradores da região quanto à ilegalidade da venda dos fósseis. “Nas décadas de 80 e 90, o contrabando era muito forte na região – os indicativos são os números de processo por tráfico que existem na Justiça. Hoje, percebe-se uma redução desses processos, o que nos assegura que o tráfico tem diminuído muito, principal-

mente, em função de campanhas”, ressalta.

Andréa explica que estão programadas fiscalizações intensificadas neste segundo semestre, uma vez que, com o fim das chuvas e o encerramento da safra, os agricultores passam a vender fósseis para ajudar no sustento da casa.

Outra ameaça é a exploração do calcário depositado há milhões de anos no local, quando nesta região existia um imenso lago. O material é utilizado pela indústria de cimento e de rochas ornamentais. A atividade mineira nos calcários vem proporcionando, além da destruição do patrimônio fossilífero, a degradação da paisagem local, através do assoreamento de riachos e do aumento de zonas de erosão.

Campanha

A venda do Teranossauro pela Internet (matéria abaixo) provocou o desencavetamento de uma campanha de conscientização contra o tráfico de fósseis. “Todo o material já estava pronto, mas não tínhamos data para o seu lançamento, porque a intenção era iniciá-la junto com uma exposição que iria percorrer os principais aeroportos do País”, explica Andréa Hauch. São dois cartazes, um deles em português, alemão, inglês e holandês, que já estão sendo distribuídos no Cariri (Secretaria de Educação, escolas, rodoviária, aero-

porto, hotéis, Polícia Federal etc). “A escolha desses idiomas foi baseada em informações da Infraero sobre os países de origem dos turistas que mais chegam aqui e que vão ao Cariri. A idéia é chegar ao turista estrangeiro, que muitas vezes desconhece a lei. Se alguém lhe oferece um fóssil, ele acha natural comprá-lo. Quando chega no aeroporto é barrado com este material e tem problemas, como responder a processo”, explica, acrescentando que a campanha será deflagrada posteriormente em todo o Brasil.

À venda

O exemplo mais recente da exploração irracional na região está, atualmente, no site paleodirect.com/pgset2/ptbr-002.htm, em que o magnata americano, John McNamara, expôs à venda uma das peças mais raras encontradas na Bacia do Araripe. As fotos impressionantes de um crânio completo de um pterossauro justificam, segundo o comerciante, o valor da peça: US\$ 700 mil, equivalente a R\$ 1,2 milhão. “Meras palavras não podem descrever a

raridade, o valor e a importância científica deste espécime”, diz o site.

“Com o tráfico deste fóssil, perdemos mais que o próprio material, perdemos também a oportunidade ímpar de desenvolver na região, e no Brasil, o conhecimento sobre o passado, através da pesquisa e da descrição da peça encontrada, que ficaria à disposição de todos. Sem contar que não é todo dia que se encontra um material com estas características, o que nos impe-

de de trabalhar com comparações com outros materiais”, afirma o chefe do Centro de Pesquisa da Chapada do Araripe (CPCA), do Departamento Nacional de Produção Mineral, José Artur Ferreira Gomes Andrade. Segundo ele, “isso denigre a imagem de nossas instituições, dos pesquisadores de um modo geral e, claro, do próprio país”.

Ele explica que o DNPM, através

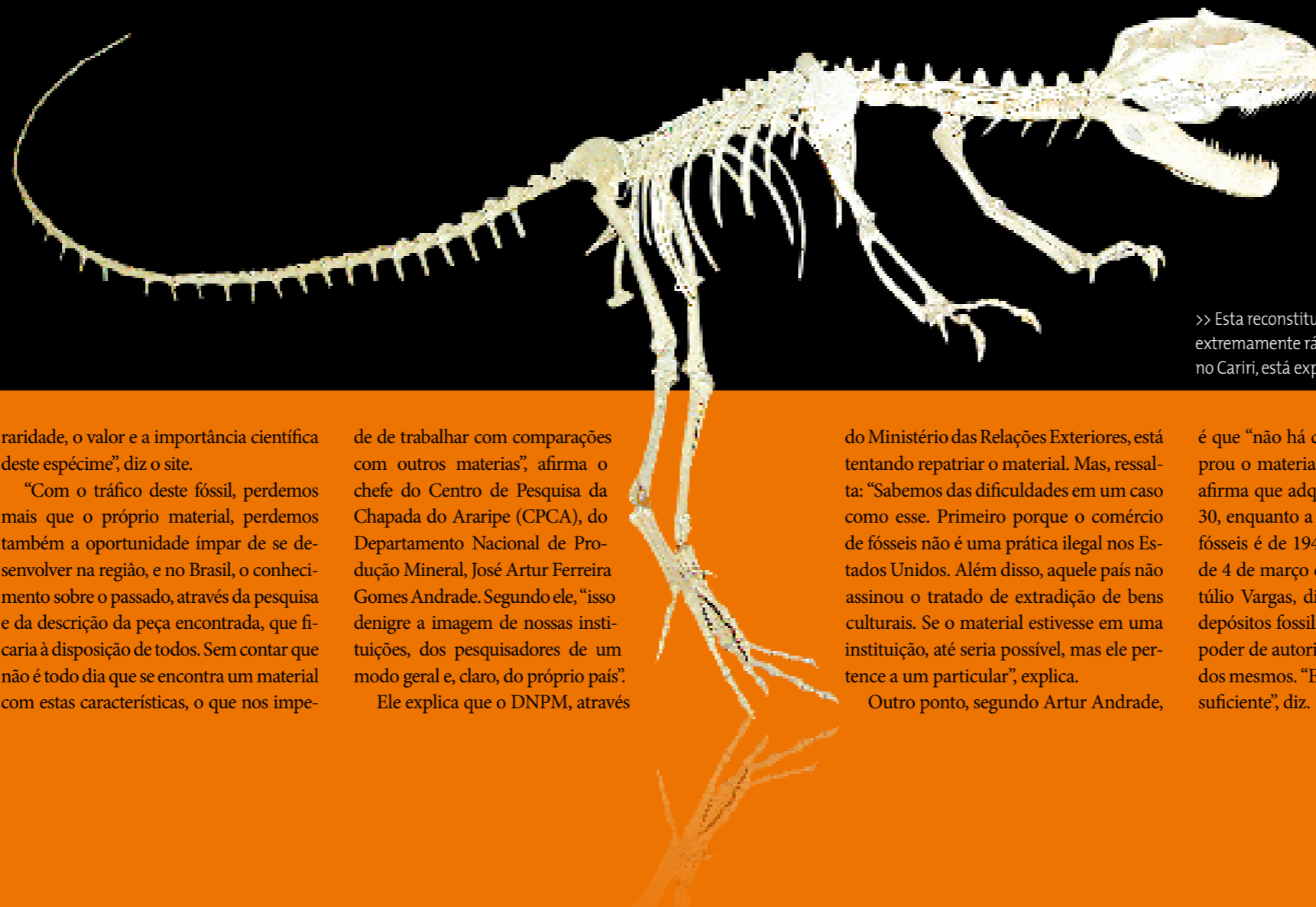
do Ministério das Relações Exteriores, está tentando repatriar o material. Mas, ressalta: “Sabemos das dificuldades em um caso como esse. Primeiro porque o comércio de fósseis não é uma prática ilegal nos Estados Unidos. Além disso, aquele país não assinou o tratado de extradição de bens culturais. Se o material estivesse em uma instituição, até seria possível, mas ele pertence a um particular”, explica.

Outro ponto, segundo Artur Andrade,

é que “não há como provar que ele comprou o material e, além disso, no site ele afirma que adquiriu a peça na década de 30, enquanto a lei que proíbe o tráfico de fósseis é de 1942”. O decreto-lei nº 4146, de 4 de março de 1942, assinado por Getúlio Vargas, dispõe sobre a proteção de depósitos fossilíferos, dando ao DNPM o poder de autorização prévia e fiscalização dos mesmos. “Esta legislação é antiga e insuficiente”, diz.



>> fóssil de Teranossauro encontrado no Cariri e vendido no site americano



>> Esta reconstituição do Santanaraptor placidus, um animal bípede, carnívoro e extremamente rápido na locomoção, que viveu há cerca de 100 milhões de anos no Cariri, está exposta no Museu de Ciências da Terra, no Rio de Janeiro.

Abrigo dos Fósseis

O Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri (Urca), localizado em Santana do Cariri, está completando 20 anos de existência. Para celebrar a data, a Urca realizará de 23 a 26 de julho próximo, o Simpósio Nacional sobre Atualidades da Pesquisa Paleontológica na Chapada do Araripe. O evento irá reunir pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que apresentarão trabalhos sobre os estudos feitos na Bacia Sedimentar do Araripe nos últimos anos. O encontro será encerrado com a palestra do paleontólogo americano John Maisey, do Museu de História Natural de Nova York, que falará sobre “Projeção Internacional da Paleocitiofauna da Bacia Sedimentar do Araripe”.

O museu abriga mais de 750 peças de fósseis de dinossauros, pterossauros, insetos, flores e plantas, coletados na região. Lá também estão as réplicas de um pterossauro com cinco metros de envergadura, de uma asa a outra, e de um dinossauro com cerca de três metros de altura e oito metros de comprimento.

Segundo a coordenadora do museu, Paula Correa Nuvens, cerca de 1200 turis-

tas visitam o local a cada mês – no período de férias este número chega a 3000. Eles são atendidos por sete guias mirins, como Emídio Rodrigues, 15 anos, que concilia as ‘expedições’ com o trabalho de ajudante da oficina do museu, onde são realizados cursos para confecção de réplicas dos fósseis. “A venda das réplicas servem para que os turistas não levem os originais adquiridos na cidade”, explica Emídio, que já decidiu a profissão que quer abraçar: geólogo.

Além do museu, outro ponto de visitação em Santana do Cariri é o Pontal de Santa Cruz, a 750 metros de altitude, de onde se pode observar o belo cenário da Chapada do Araripe. No local há um restaurante que funciona durante o dia.

Memória

Resgatar a história da evolução da Terra é a mais importante contribuição dos fósseis descobertos por pesquisadores. No caso da Bacia Sedimentar do Araripe, através dos seus achados é possível reconstituir como se deu a separação, há cerca de 120 milhões de anos, dos atuais continentes África e América do Sul e o

surgimento do oceano Atlântico.

Outros acontecimentos relevantes da evolução, como o desenvolvimento das primeiras plantas fanerogâmicas e dos insetos polinizadores, como abelhas e borboletas, podem ser documentados através das descobertas no Cariri.

“Muitos peixes fósseis encontrados na Formação Santana foram preservados com o conteúdo do estômago intacto e nos permitem ver exatamente qual foi a última refeição daqueles animais. Tal detalhe oferece uma rara oportunidade para reconstruir a cadeia alimentar daquela comunidade de peixes já extintos. Nós podemos conhecer relações de presa e predador naquele ambiente e, assim, aprender sobre a ecologia da comunidade, incluindo sua estrutura e dinâmica populacional. Os peixes fósseis do Nordeste brasileiro trazem à tona um passado distante, onde a vida mostrava seu esplendor”, explica o geólogo Diógenes de Almeida Campos, diretor do Museu de Ciências da Terra, do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Rio de Janeiro.

Batalhão de Fronteira

“O que impede a solução para o problema do tráfico de fósseis na região do Cariri é a falta de vontade política”, denuncia o deputado Ely Aguiar (PSDC), natural de Crato. Segundo ele, “a mobilização por parte dos deputados estaduais sempre existiu, mas a questão está no âmbito federal. Dos representantes no Congresso, o deputado Arnon Bezerra (PTB) é a única voz que se manifesta em relação a esse problema”, diz.

É de sua autoria o projeto de criação do 1º Batalhão de Fronteira, que atuará na divisa do Ceará com Pernambuco. “Este projeto encontra-se em análise no gabinete do governador e visa inibir o contrabando na região, não apenas dos fósseis, mas qualquer outro produto. O batalhão ajudaria no trabalho da Polícia Federal, que não dispõe de contingente suficiente no Cariri”, argumenta o parlamentar.



“O projeto encontra-se em análise no gabinete do governador e tem como objetivo inibir o contrabando na região”

>> Ely Aguiar (PSDC)

No alto da Chapada

Situada na divisa dos estados do Ceará, Piauí e Pernambuco, a Chapada do Araripe abriga uma Floresta Nacional (1946), uma Área de Proteção Ambiental (1997) e um Geopark (2006) – o primeiro do Hemisfério Sul e um dos 37 parques da Unesco instalados em vários países, e que tem como objetivo a proteção especial de riquezas geológicas e paleontológicas.

A região tem água em abundância, com mais de 300 fontes, solos férteis, cerca de 90% das reservas brasileiras de gesso, além de calcário, argila e vários minerais não metálicos.

A chamada mesorregião da Chapada do Araripe compreende 103 municípios, sendo 25 municípios do Ceará, 18 municípios de Pernambuco e 60 do Piauí. Possui uma área total de 76.665,17 km² e uma população estimada em 1,7 milhão de habitantes. Fica a uma altitude de 920 metros sobre o nível do mar (em alguns pontos a altura ultrapassa os mil metros), com uma temperatura amena que, à noite, fica abaixo dos 20°C.

Fósseis da Chapada do Araripe

O museu abriga mais de 750 peças de fósseis de dinossauros, pterossauros, insetos, flores e plantas, coletados na região e estudados por pesquisadores brasileiros e estrangeiros.



Peixe



Crânio de Pterossauro



Borboleta



>> Serviço

Museu de Paleontologia

rua Dr. José Augusto Araújo, em Santana do Cariri. Aberto de terça-feira a sábado, das 8h às 16h, e aos domingos das 8h às 14h. Telefone (88) 3545.1206.

Entrada gratuita.

Um clique no cangaço



>> Lampião e seu bando, 1936



>> Benjamim Abrahão
comprimenta Lampião



>> Sabonete, Maria Bonita,
Joriti e cangaceiro desconhecido

Depois de contada em prosa, poesia, filmes e músicas pelo sertão brasileiro, a saga de Lampião e seu bando volta a percorrer o país em fotos, numa exposição que traz também objetos, como armas e roupas, e revela um pouco da rotina daqueles cujas façanhas trafegam entre o mito e a realidade.

A exposição “Cangaceiros” foi aberta no dia 29 de maio último, e permanece até 03 de agosto, no Memorial da Cultura Cearense, no Dragão do Mar. São 100 fotografias, das quais 14 mostradas pela primeira vez após restauração, que revelam as principais etapas da história do cangaço e da vida de Lampião pelo sertão nordestino.

A maioria das fotos, feitas na década de 30, foi tirada pelo mascate libanês Benjamin Abrahão que, munido de uma carta de recomendação do Padre Cícero, conseguiu adentrar na caatinga e no mundo do “Rei do Cangaço”, transformando-se em seu fotógrafo oficial.

O apreço que os famosos cangaceiros tinham pela imagem está retratado no livro “Cangaceiros”, da historiadora francesa Élise Jasmin – curadora da exposição – e que reúne um conjunto significativo de fotografias sobre Lampião e seu bando.

Para a autora, Lampião tinha prazer em posar para fotografias. “Lampião passou de indivíduo a personagem, graças à mídia impressa dos anos 30. O cangaceiro fez uso de um senso inato de marketing para se comunicar com o mundo exterior, manipulando jornais e jornalistas na construção de seu mito”, afirma.

>> Serviço

Exposição “Cangaceiros”

Memorial da Cultura Cearense
Centro Dragão do Mar de Arte e
Cultura - Praia de Iracema
29 de maio a 03 de agosto de 2008



Elegância e sofisticação nas cerimônias cearenses

Desde os primórdios, as cerimônias sempre estiveram presentes como uma forma de marcar os acontecimentos especiais. Com o passar dos anos, seu formato ganhou novas cores e modelos e abriu espaço para as novas tecnologias. Mas, sem perder de vista que o papel do cerimonialista é, acima de tudo, preservar os costumes e as tradições, sejam sociais ou religiosas. Esse profissional não só dá sentido às festas, como também se dedica à concepção, organização e realização de qualquer tipo de evento. Desde o baile de debutantes (aniversário de 15 anos), casamento, colação de grau, renovação dos votos matrimoniais e até o nascimento de filhos, o papel do cerimonialista é marcado por resgatar as tradições existentes na sociedade.

Teresa Borges é um exemplo deste profissional. Além de coordenadora e consultora de eventos sociais há mais de três décadas, ela atua como chefe do cerimonial da Assembleia Legislativa do Ceará, há 17 anos. Segundo ela, para se trabalhar com cerimônias é preciso ter determinação, entusiasmo e, acima de tudo, pontualidade. “Se o evento estiver 99,9%, ele não é perfeito, ou seja, as pessoas acham que se não foi 100%, a cerimônia não tem valor”, afirmou. A cerimonialista disse ainda que a palavra-chave para o sucesso

de um evento é organização. Nada pode ficar para depois, tudo deve ser checado desde o começo, inclusive, o cumprimento do contrato por parte dos profissionais participantes do evento.

Teresa morou seis anos na França, onde fez cursos de história da arte, gastronomia, enologia, diplomacia e estética. “Sempre achei que para trabalhar com cerimonial, eu tinha que ser boa em todos os segmentos relacionados às cerimônias, então fiz diversos cursos”, ressaltou.

De acordo com Teresa, uma das grandes dificuldades para se conseguir uma boa equipe é a falta de profissionais capacitados. Ela relembra os obstáculos enfrentados ao chegar à Assembleia, para conseguir formar a equipe de cerimonial existente hoje, e fala da imensa satisfação de trabalhar na Casa. “O cerimonial do Legislativo cearense não tinha nem uma sala quando eu cheguei aqui. Fui eu que instituí a entrega de placas e medalhas. Hoje tenho orgulho do Cerimonial da Casa ser uma referência para os outros cerimoniais existentes no nosso Estado”, concluiu.

Curiosidades

A elegante dama tem um gosto apurado para viagens, comidas e vinhos, além de histórias inesquecíveis para o seu currículo. Dentre os fatos curiosos em recepções organizadas pela cerimonialista, há um caso que não sai da sua memória. “Era um casamento e já fazia cerca de 30 minutos que o noivo estava no altar, mas a mãe da noiva, que estava do lado de fora da igreja, não havia percebido que o noivo já havia chegado. Então, quando a noiva chegou, sua mãe foi ao seu encontro e disse que o noivo ainda não estava lá. A noiva saiu de carro chorando, dizendo que não casaria mais. Eu tive que ir atrás dela correndo e explicar que tudo não passava de um mal entendido. Ela entendeu e voltou para a igreja”, relembrou.



Patativa do Assaré



Crescêncio Marinho de Pinho

tem 90 anos e é aposentado

Decorrerá, no próximo ano, o centenário de nascimento de Antônio Gonçalves da Silva, talvez o maior de todos os poetas populares do Brasil em todos os tempos. Dono de uma quase divina inspiração para a musa sertaneja, cantou a vida toda as coisas do campo, dos burgos, do homem humilde e esquecido na sua intensa labuta diária, das humildes, dignas e filharadas donas de casa sertaneja, como se penetrasse na alma de cada um e lhes assimilasse todos os sentimentos.

Catulo da Paixão Cearense (apesar do nome, era maranhense) foi, em seu tempo, considerado um grande bardo popular. E o foi. Catulo, porém, era homem de boa cultura humanística, diferentemente do nosso Antônio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré, apenas alfabetizado. O seu aprendizado nas escolas não durou muitos meses. O que conseguiu armazenar de saber foi arrancado à custa de muito esforço ao longo da vida. Catulo, muito cedo, radicou-se no Rio de Janeiro, enquanto Patativa, apesar de ter corrido o Brasil inteiro, nunca se afastou de sua Assaré, senão em furtivas andanças.

Ambos tiveram origem humilde. Patativa descendia de modestos agricultores. Catulo, conforme ele próprio disse, entrevistado por jornalista em anos da década de 1940, era filho de carpinteiro, que, de par com essa atividade, exercia, também a de serralheiro. Há, porém, uma grande diferença de comportamento entre os dois:

enquanto Patativa manteve os princípios de humildade a vida toda, Catulo era a personificação da vaidade, tanto assim que, na mesma entrevista, proclamou-se o maior poeta do Brasil de seu tempo.

Deixemos Catulo em paz e falemos de Patativa. Ele escreveu e publicou vários livros e fez versos de cordel em centenas de mensagens, tudo levando a marca da inspiração criadora. Analisou vida, comportamento, trabalho e sofrimento de sua gente, sobretudo, de sua região caririense, onde se encrava a cidadezinha em que nasceu, a nunca esquecida Assaré. Foi um filósofo. De filosofia e lirismo é repleta a sua musa. Tornou-se conhecido no Brasil inteiro e seu gênio ultrapassou as fronteiras nacionais, tanto que chegou à mundialmente famosa Universidade de Sorbonne, em que sua obra continua sendo estudada, sobretudo considerando o seu estágio cultural.

Patativa é maior de que sua cidade de nascimento, que se tornou bem mais conhecida pela força de seu talento e beleza de sua poesia. Maior de que sua região caririense e, em certas circunstâncias, talvez maior do que o próprio Estado.

Por que, na oportunidade de seu centenário, não prestar uma homenagem ao grande vate, passando a chamar de ASSARÉ DO PATATIVA a sua cidade-berço? Trabalhem no sentido de que seja oficialmente aceito o topônimo sugerido, pois o ilustre bardo a tudo faz jus.



O portal da Assembléia Legislativa apresenta em tempo real os debates dos parlamentares sobre temas do seu interesse. Também disponibiliza notícias e fotos para a imprensa, além de facilitar o acesso a todos os setores da Assembléia.



Assembléia Legislativa do Estado do Ceará